

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	13
---	----

Notas Explicativas	53
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	90
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	93
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	94
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Último Exercício Social 31/12/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.031.810.533
Preferenciais	0
Total	2.031.810.533
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1	Ativo Total	4.464.114	3.089.673	2.126.694
1.01	Ativo Circulante	904.773	648.680	72.526
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	841.824	582.394	27.548
1.01.03	Contas a Receber	35.257	41.720	28.568
1.01.03.01	Clientes	35.257	41.720	28.420
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	0	148
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.671	5.357	3.144
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.671	5.357	3.144
1.01.07	Despesas Antecipadas	8.176	7.183	5.658
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	10.845	12.026	7.608
1.01.08.03	Outros	10.845	12.026	7.608
1.02	Ativo Não Circulante	3.559.341	2.440.993	2.054.168
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	33.971	22.840	32.391
1.02.01.07	Tributos Diferidos	21.442	7.997	26.647
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	7.610	10.473	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.919	4.370	5.744
1.02.03	Imobilizado	7.923	2.569	1.529
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.923	2.569	1.529
1.02.04	Intangível	3.517.447	2.415.584	2.020.248
1.02.04.01	Intangíveis	3.517.447	2.415.584	2.020.248
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.517.447	2.415.584	2.020.248

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2	Passivo Total	4.464.114	3.089.673	2.126.694
2.01	Passivo Circulante	107.422	89.504	1.003.589
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	20.038	16.399	12.062
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	20.038	16.399	12.062
2.01.02	Fornecedores	61.170	48.843	17.547
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	61.170	48.843	17.547
2.01.03	Obrigações Fiscais	14.337	15.476	8.269
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.853	10.468	5.795
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	8.853	10.468	5.795
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	12	12	12
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	5.472	4.996	2.462
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	8.169	6.630	958.318
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.598	0	953.074
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.598	0	953.074
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	6.571	6.630	5.244
2.01.05	Outras Obrigações	3.708	2.156	7.393
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	0	389
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	0	389
2.01.05.02	Outros	3.708	2.156	7.004
2.01.05.02.04	Outros passivos	3.708	2.156	7.004
2.02	Passivo Não Circulante	1.641.495	1.138.995	633.700
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.559.617	1.012.073	5.235
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.554.834	1.008.727	0
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	4.783	3.346	5.235
2.02.02	Outras Obrigações	9.503	16.321	460.117
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	0	456.138
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	0	456.138
2.02.02.02	Outros	9.503	16.321	3.979

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2.02.02.02.03	Fornecedores	9.503	16.321	3.979
2.02.03	Tributos Diferidos	43.918	0	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	43.918	0	0
2.02.04	Provisões	28.001	108.914	165.430
2.02.04.02	Outras Provisões	28.001	108.914	165.430
2.02.04.02.04	Provisão para contingências	10.929	7.393	2.684
2.02.04.02.05	Provisão de conserva especial	17.072	101.521	162.746
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	456	1.687	2.918
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	456	1.687	2.918
2.02.05.01.01	Outros passivos	456	1.687	2.918
2.03	Patrimônio Líquido	2.715.197	1.861.174	489.405
2.03.01	Capital Social Realizado	2.031.811	1.521.811	392.058
2.03.04	Reservas de Lucros	683.386	339.363	97.347
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	535.349	255.427	57.460
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	148.037	83.936	39.887

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.869.096	1.059.961	635.296
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.463.466	-671.339	-382.020
3.03	Resultado Bruto	405.630	388.622	253.276
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-46.292	-51.533	-43.712
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-58.295	-53.502	-44.593
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	12.003	1.969	881
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	359.338	337.089	209.564
3.06	Resultado Financeiro	66.737	-37.340	-136.223
3.06.01	Receitas Financeiras	75.951	44.798	3.914
3.06.02	Despesas Financeiras	-9.214	-82.138	-140.137
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	426.075	299.749	73.341
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-82.052	-57.733	-10.307
3.08.01	Corrente	-51.579	-39.083	-6.876
3.08.02	Diferido	-30.473	-18.650	-3.431
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	344.023	242.016	63.034
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	344.023	242.016	63.034
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,1995	0,23452	0,16138

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	344.023	242.016	63.034
4.03	Resultado Abrangente do Período	344.023	242.016	63.034

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	411.784	366.240	206.647
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	458.124	396.340	395.356
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-46.340	-28.122	-133.951
6.01.03	Outros	0	-1.978	-54.758
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.206.707	-467.376	-150.772
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.054.353	655.982	-105.115
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	259.430	554.846	-49.240
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	582.394	27.548	76.788
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	841.824	582.394	27.548

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.521.811	0	339.363	0	0	1.861.174
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.521.811	0	339.363	0	0	1.861.174
5.04	Transações de Capital com os Sócios	510.000	0	0	0	0	510.000
5.04.01	Aumentos de Capital	510.000	-510.000	0	0	0	0
5.04.08	Adiantamento Aumento de Capital	0	510.000	0	0	0	510.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	64.101	279.922	0	344.023
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	344.023	0	344.023
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	64.101	-64.101	0	0
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	64.101	-64.101	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	279.922	-279.922	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	279.922	-279.922	0	0
5.07	Saldos Finais	2.031.811	0	683.386	0	0	2.715.197

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	392.058	0	97.347	0	0	489.405
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	392.058	0	97.347	0	0	489.405
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.129.753	0	0	0	0	1.129.753
5.04.01	Aumentos de Capital	1.129.753	0	0	0	0	1.129.753
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	44.049	197.967	0	242.016
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	242.016	0	242.016
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	44.049	-44.049	0	0
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	44.049	-44.049	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	197.967	-197.967	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	197.967	-197.967	0	0
5.07	Saldos Finais	1.521.811	0	339.363	0	0	1.861.174

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	373.082	0	34.313	0	0	407.395
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	373.082	0	34.313	0	0	407.395
5.04	Transações de Capital com os Sócios	18.976	0	0	0	0	18.976
5.04.01	Aumentos de Capital	18.976	0	0	0	0	18.976
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	14.333	48.701	0	63.034
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	63.034	0	63.034
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	14.333	-14.333	0	0
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	14.333	-14.333	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	48.701	-48.701	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	48.701	-48.701	0	0
5.07	Saldos Finais	392.058	0	97.347	0	0	489.405

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.01	Receitas	1.929.720	1.114.522	678.755
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	732.950	660.668	525.084
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.196.770	453.854	153.671
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.337.858	-573.955	-298.912
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.196.770	-453.854	-153.671
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-72.324	-52.994	-87.205
7.02.04	Outros	-68.764	-67.107	-58.036
7.03	Valor Adicionado Bruto	591.862	540.567	379.843
7.04	Retenções	-97.244	-75.505	-66.906
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-97.244	-75.505	-66.906
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	494.618	465.062	312.937
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	87.954	46.767	4.795
7.06.02	Receitas Financeiras	75.951	44.798	3.914
7.06.03	Outros	12.003	1.969	881
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	582.572	511.829	317.732
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	582.572	511.829	317.732
7.08.01	Pessoal	72.706	62.655	52.679
7.08.01.01	Remuneração Direta	56.538	53.197	43.500
7.08.01.02	Benefícios	13.041	6.613	6.672
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.127	2.845	2.507
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	157.188	123.740	60.646
7.08.02.01	Federais	121.717	91.837	35.274
7.08.02.02	Estaduais	411	330	305
7.08.02.03	Municipais	35.060	31.573	25.067
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	8.655	83.418	141.373
7.08.03.01	Juros	5.258	79.700	139.451
7.08.03.02	Aluguéis	3.137	1.349	1.859
7.08.03.03	Outras	260	2.369	63

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	344.023	242.016	63.034
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	344.023	242.016	63.034

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 2024

Aos Acionistas

A administração da Concessionária Rota do Oeste S.A. (“Concessionária”, “Nova Rota”, “Companhia”) submete à apreciação o Relatório da Administração (“Relatório” ou “RA”), acompanhado das Demonstrações Financeiras e do Relatório do Auditor Independente, relativos ao último trimestre e resultados acumulados do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, com os temas considerados relevantes para divulgação junto à sociedade, parceiros, investidores e usuários, incluindo a apresentação do balanço social, com as principais responsabilidades da Companhia.

O Relatório de Administração apresenta informações relevantes adicionais (indicadores técnicos, operacionais, sociais e outros) para melhor atendimento aos nossos diversos Usuários, em linha com as boas práticas de apresentação, e conforme determinação da Lei 6.404/1976 (“Lei das S.A.”) e orientações da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), considerando, também, as disposições estabelecidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal (“Manual de Contabilidade ANTT”).

1. Introdução

A Concessionária foi constituída em 27 de dezembro de 2013 com o propósito de explorar o lote da BR-163/MT no trecho rodoviário com extensão total de 850,9 km, sendo 822,8 km na BR-163 e 28,1 km na BR-070, entre os municípios de Itiquira (divisa com o Mato Grosso do Sul) e Sinop, passando por 19 (dezenove) municípios do estado do Mato Grosso, entre eles a capital Cuiabá.

A Concessão tem o objetivo de executar os serviços correspondentes às funções operacionais, de conservação, recuperação e de ampliação de capacidade da BR-163 MT, através do Contrato de Concessão “EDITAL Nº 003/2013, Parte VII” (“Contrato”) celebrado entre a União através da ANTT e a Concessionária em 12 de março de 2014, com duração prevista de 30 (trinta) anos a contar de 21 de março de 2014, data de assunção do Contrato.

O Termo de Ajustamento de Conduta na modalidade Plano de Ação (“TAC” ou “TAC Plano de Ação”), assinado em 04 de outubro de 2022 entre a Concessionária e a ANTT, viabilizou, em 05 de maio de 2023, a transferência da totalidade das ações da Companhia para a MT Participações e Projetos S.A. (“MTPAR”), sociedade de economia mista que tem como sócio majoritário o Governo do Estado de Mato Grosso, conforme regrado nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações avençado entre as partes.

A Nova Rota, até a data de referência em 31 de dezembro de 2024, é controlada diretamente pela MTPAR, conforme organograma abaixo:



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Os principais investimentos em ampliação de capacidade e melhorias na BR-163/MT serão realizados em até 08 (oito) anos¹ e estão regradados conforme o TAC Plano de Ação.

A Administração da Concessionária mantém o compromisso com o Poder Concedente e os usuários da rodovia no fiel e tempestivo cumprimento de todas as suas obrigações abarcadas no Contrato de Concessão e no TAC Plano de Ação.

1.1. Destaques de 2024

- ✚ Redução do tráfego (VEQ²/dia) em 5,0% em comparação ao ano de 2023;
- ✚ EBITDA ajustado de 2024 totalizou R\$ 456.528 mil com margem EBITDA de 67,9%, variação positiva no valor de 10,9% ante o exercício de 2023;
- ✚ Os investimentos totais da companhia em 2024 totalizaram R\$ 1.196.771 mil, aumento de 163,7% ante 2023;
- ✚ Assinatura dos contratos do Financiamento de Longo Prazo para viabilização das obras do TAC Plano de Ação e demais obras de ampliação de capacidade, captando R\$ 5,35 bilhões;
- ✚ Desembolso dos recursos da 1ª série das debêntures da 2ª Emissão da Concessionária, totalizando R\$ 600 milhões;
- ✚ Redução de acidentes em 5% em 2024, sendo 15% de redução de óbitos por acidentes.

1.2. Perspectivas

Desde a troca de controle acionário para a MTPAR e início da eficácia do TAC Plano de Ação, a Administração da Concessionária envidou esforços com as principais partes estratégicas e interessadas na execução dos investimentos repactuados com o Poder Concedente. O ano de 2024 foi marcado pela conclusão de diversos processos iniciados com essas partes, a serem discutidas em mais detalhes a seguir.

Em relação à execução dos investimentos previstos no primeiro ano do TAC³, conforme as suas metas estabelecidas, a Concessionária apresentou importantes entregas, com liberação aos Usuários da Rodovia, destacando-se: (i) 03 Bases definitivas do Sistema de Atendimento ao Usuário ("SAU"); (ii) 14,8 km de Duplicação; (iii) 50 km de fibra óptica; (iv) 35 novas câmeras de monitoramento – CFTV; e por fim (v) 01 passarela de pedestres.

Até 31 de dezembro de 2024, a Concessionária possuía quatro frentes concomitantes de duplicação da BR-163/MT e havia concluído (i) 98 km de Duplicação; e a (ii) conclusão de 2 pontes; (iii) Adequação de Parâmetros no perímetro urbano do município de Nova Mutum; (iv) Adequação de Parâmetros entre os municípios de Cuiabá e Rosário Oeste.

O cumprimento do TAC Plano de Ação é devido aos aportes de capital realizados pela MTPAR para as obras, que até 31 de dezembro de 2024 somavam R\$ 1,2 bilhões. O novo controlador possibilitou que o ano de 2024 fosse o primeiro ano completo de avanço de obras em recuperação da rodovia e

¹ O prazo de conclusão das obras de ampliação de capacidade e melhorias leva em consideração a data de eficácia do TAC Plano de Ação, ou seja, 04 de maio de 2023.

² VEQ – Veículos Equivalentes em Eixos.

³ Período compreendido entre 04 de maio 05 de 2023 até 03 de maio de 2024.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ampliação de capacidade na BR-163/MT desde que as obras de duplicação foram paralisadas em 2016, ainda sob controle da gestão anterior.

Em relação às demais obras do TAC Plano de Ação, a Concessionária concluiu em 2024 os processos de contratação das principais obras, destacando-se as duplicações dos trechos localizados nos municípios de Cuiabá e Várzea Grande, entre os municípios de Nova Mutum e Lucas do Rio Verde, entre os municípios Lucas do Rio Verde e Sorriso, entre os municípios de Sorriso e Sinop, e do município de Sinop até o fim do trecho sob administração da Concessão.

As contratações concluídas em 2024 totalizam 236,9 km, que somadas ao trecho localizado entre Posto Gil e o município de Nova Mutum (86,1 km), representam mais de 90% das obrigações de duplicação do TAC, de 336,2 km, já contratadas.

Em relação às fontes de financiamento das obras do TAC e de seu Plano de Negócios, a Concessionária concluiu em 2024 a estruturação dos Instrumentos de Financiamento de Longo Prazo. Por meio de emissão de debêntures e da contratação de crédito de longo prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a Concessionária tem crédito disponível de R\$ 5.350 milhões. Mais detalhes no tópico **2.8 Captação de Recursos** e na **Nota Explicativa nº 17**.

O financiamento da Concessionária é um destaque no histórico de financiamentos de infraestrutura no Brasil, reflexo do trabalho de sua Administração. Abaixo estão elencados alguns destes destaques:

- Primeiro financiamento de longo prazo para um ativo reestruturado consensualmente;
- Até dezembro de 2024, a segunda maior emissão de debêntures para projetos de transporte;
- Primeira operação de infraestrutura com tranches condicionais para investimentos futuros ainda não incluídos no contrato de concessão;
- Maior operação de financiamento para transportes sem fiança bancária.

Acerca do relacionamento da Concessionária com o Poder Concedente, o ano de 2024 foi marcado pela maturação dos acompanhamentos do TAC com a ANTT, bem como pelas agendas de adequação e modernização contratual.

No ano de 2024, a Companhia assinou junto ao Poder Concedente 6 (seis) termos aditivos de seus instrumentos contratuais, destacando-se entre eles o 8º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão que instituiu a metodologia do Compartilhamento de Demanda – Risco Ferrovia e estabelece a extensão de prazo contratual por cinco anos condicionada ao cumprimento integral do TAC Plano de Ação.

A Companhia também celebrou, dentre os termos aditivos assinados em 2024, junto ao Poder Concedente e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (“DNIT”) o 2º Aditamento ao Termo de Arrolamento e Transferência de Bens (“TATB”), instrumento que marca a assunção pela Concessionária de parte dos trechos da Rodovia que ainda não haviam sido transferidos desde a assunção inicial do Contrato de Concessão, em 21 de março de 2014. O segmento objeto do 2º TATB foi o trecho da Serra da Caixa Furada, compreendido entre o km 470+200 ao km 516+000 da BR-163/MT, com 45,8 km de extensão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em síntese, as ações concluídas pela Concessionária no ano de 2024, de forma bem-sucedida, consolidaram a sustentabilidade da Companhia durante o período de obras do TAC Plano de Ação e sua manutenção no longo prazo.

2. Desempenho Econômico-Financeiro

2.1. Tráfego e Economia do Mato Grosso

A BR-163/MT é uma rodovia significativa para o corredor de transporte rodoviário do País, principalmente no que se relaciona ao transporte de cargas e mercadorias da cadeia do agronegócio. A região beneficiada pela rodovia é um polo produtor de destaque nacional de soja, milho e algodão, além de criação de gado, sendo o estado de Mato Grosso um dos mais importantes centros de agricultura e pecuária do Brasil e líder na produção de grãos no país¹.

A principal atividade econômica do Estado de Mato Grosso em 2024 foi o agronegócio, no entanto, os impactos climáticos do fenômeno *El Niño* afetaram a produção em comparação com a safra anterior. O Estado do Mato Grosso em 2024 teve uma redução de 11% na produção da safra 23/24 frente a safra de 22/23 referente a soja, milho e algodão².

Nas tabelas abaixo estão os resultados do tráfego na rodovia durante o 4T24 e o acumulado no ano de 2024, ambos comparados aos períodos equivalentes do exercício anterior.

O resultado acumulado no ano de 2024 em tráfego de Veículos Absolutos (“VAB”) reduziu 0,4% em relação a 2023, motivado principalmente pela redução de 4,4% no tráfego de Veículos Pesados, enquanto nos Veículos Leves houve incremento de 5,1% ante 2023. A média anual (“VAB/Dia”, também chamada de Volume Diário Médio Anual (“VDMA”)) reduziu 0,7% em 2024.

Quando observado o fluxo de Veículos Equivalentes em eixos (“VEQ”), a redução do tráfego de veículos foi de 4,8% comparado ao ano de 2023. A média anual (“VEQ/Dia”, também chamada de Volume Diário Médio Anual Equivalente (“VDMAEq”)) de 2024 reduziu 5,0% em relação a 2023.

O tráfego de 2024 foi composto de 88% de veículos pesados e 12% de veículos leves em Veículos Equivalentes.

VAB						
Categoria	4T24	4T23	Var. (%)	2024	2023	Var. (%)
Pesados	3.845.971	4.187.824	(8,2%)	15.877.882	16.614.639	(4,4%)
% Veic. Totais	53%	56%	(3,0) p.p.	55%	58%	(2,3) p.p.
Leves	3.389.055	3.272.138	3,6%	12.758.074	12.139.178	5,1%
% Veic. Totais	47%	44%	3,0 p.p.	45%	42%	2,3 p.p.
Total VAB	7.235.026	7.459.962	(3,0%)	28.635.956	28.753.817	(0,4%)
VAB/Dia (VDMA)	78.642	81.087	(3,0%)	78.240	78.778	(0,7%)

¹ Relatório da Companhia Nacional de Abastecimento (“CONAB”, empresa pública do Governo Federal) em set/2023.

² Boletim de Oferta e Demanda divulgado pelo Instituto Mato-grossense de Economia Aplicada (“IMEA”) em 03/03/2025.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

VEQ						
Categoria	4T24	4T23	Var. (%)	2024	2023	Var. (%)
Pesados	23.290.837	25.950.271	(10,2%)	96.946.494	103.037.034	(5,9%)
% Veic. Eq. Totais	87%	89%	(1,5) p.p.	88%	90%	(1,1) p.p.
Leves	3.356.298	3.241.331	3,5%	12.639.815	12.023.956	5,1%
% Veic. Eq. Totais	13%	11%	1,5 p.p.	12%	10%	1,1 p.p.
Total VEQ	26.647.135	29.191.602	(8,7%)	109.586.309	115.060.990	(4,8%)
VEQ/Dia (VDMAEq)	289.643	317.300	(8,7%)	299.416	315.236	(5,0%)

O aumento no tráfego de Veículos Leves em 2024 reflete um crescimento vegetativo do tráfego na rodovia, não estando atrelado a nenhum evento não-recorrente.

A redução do Tráfego de Veículos Pesados em 2024 reflete a quebra de safra das culturas de milho e soja do estado do Mato Grosso em 2024 comparado a 2023, conforme mencionado anteriormente.

2.2. Receitas da Concessão

A receita bruta da Concessionária atingiu em 2024 um total de R\$ 1.929.719 mil, representando um aumento de 73,1% comparado ao ano de 2023, conforme detalhamento no quadro abaixo:

Descrição	4T24	4T23	Var. (%)	2024	2023	Var. (%)
Receitas de Pedágio	173.055	193.572	(10,6%)	726.015	653.510	11,1%
Receitas Acessórias e Outras	1.697	1.616	5,0%	6.935	7.158	(3,1%)
Receita de Construção (ICPC 01)	431.419	163.223	164,3%	1.196.770	453.854	163,7%
Receita Bruta (com ICPC 01)	606.172	358.410	69,1%	1.929.720	1.114.522	73,1%
Tributos/deduções sobre serviços de operação	(14.456)	(16.101)	(10,2%)	(60.578)	(54.514)	11,1%
Outras deduções	(8)	(18)	(57,5%)	(46)	(47)	(2,1%)
Receita Líquida (com ICPC 01)	591.708	342.291	72,9%	1.869.096	1.059.961	76,3%
Receita Líquida (sem ICPC 01)	160.289	179.069	(10,5%)	672.326	606.107	10,9%

A Receita de Pedágio apresentou em 2024 aumento de 11% frente a 2023, ainda que afetada pela redução do tráfego comentados no tópico **2.1. Tráfego**, o aumento de 16,6% da Tarifa Média¹ de 2024 em relação à 2023.

As Receitas Acessórias, advinda da exploração do uso da faixa de domínio, tiveram queda de 3% em relação ao resultado aferido no exercício anterior. A redução foi motivada pelas reduções de 6,4% e 36,4%, respectivamente, das rubricas de “Cabos Ópticos ou Metálicos (Aéreos ou

¹ Tarifa Média é calculada dividindo a Receita de Pedágio (bruta) pelo Tráfego em VEQ do período.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Subterrâneos)” e “Redes de Energia Elétrica”, sendo compensada pelo aumento na rubrica de “Painéis Publicitários” (55%) e “Outros Usos de Faixa de Domínio”.

A Receita de Construção reconhecida conforme ICPC 01 (R1) representa o registro contábil das obras realizadas pela Companhia. Essa rubrica apresentou um aumento de 164% sobre o realizado de 2023, reflexo dos aumentos de frentes de obras na rodovia. Maiores detalhes quanto às frentes de serviço da Concessionária se encontram no tópico **2.8 Investimentos**.

2.3. Custos e Despesas

Descrição	4T24	4T23	Var. (%)	2024	2023	Var. (%)
Custos dos serviços	(41.917)	(36.667)	14,3%	(161.861)	(145.653)	11,1%
Custos de obra de infraestrutura (ICPC 01)	(431.419)	(163.223)	164,3%	(1.196.770)	(453.854)	163,7%
Depreciação e Amortização	(28.104)	(21.074)	33,4%	(97.244)	(75.505)	28,8%
Provisão para Conserva Especial (ICPC 01)	(8.420)	-	-	(8.420)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas	(15.226)	(16.425)	(7,3%)	(57.466)	(49.829)	15,3%
Total Custos e Despesas (com ICPC 01)	(525.085)	(237.388)	121,2%	(1.521.761)	(724.841)	109,9%
Total Custos e Despesas (sem ICPC 01)	(85.247)	(74.165)	14,9%	(316.571)	(270.987)	16,8%
Resultado Operacional (sem ICPC 01)	75.042	104.904	(28,5%)	355.755	335.120	6,2%
Margem Operacional¹	46,8%	58,6%	(20,1%)	52,9%	55,3%	(4,3%)

O Custo dos Serviços apresentou um aumento de 11,1% no ano de 2024, os principais impactos derivaram do aumento de 30% na rubrica de Veículos, Máquinas e Matérias e 14% em Salários e Encargos, ocasionado pelo crescimento do quadro de funcionários, retomada dos investimentos e a aplicação de Verbas Contratuais não obrigatórias.

Por outro lado, houve impactos positivos na redução de custos, como a redução de 42% com seguros contratuais. Esse declínio decorreu da substituição da apólice de Seguro Garantia de execução do Contrato de Concessão, resultante da diminuição da percepção de riscos do contrato após a assinatura do TAC e efetivação da troca de controle da Nova Rota.

O Custo com obras de infraestrutura, reconhecido como Custo de Construção conforme ICPC 01 (R1) apresentou aumento de 163,7% no ano de 2024 em comparação ao mesmo período do ano anterior, vide explicação no tópico **2.2. Receitas** e detalhamento no tópico **2.8 Investimentos**.

O aumento na rubrica de Depreciação e Amortização reflete o aumento nas adições ao Imobilizado e Intangível em 2024 (aproximadamente 37% acima de 2023), consequência esperada do período de obras do TAC Plano de Ação.

A rubrica de Provisão para Conserva Especial reconhecida conforme ICPC 01 (R1) representa a criação de saldo para manutenções futuras de recomposição de vida útil nos trechos duplicados, no

¹ Margem Operacional é calculada sobre a Receita Líquida sem a Receita de Construção (ICPC 01).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

qual a Concessionária cessou a composição da verba no 3T22 devido ao cenário de Devolução Amigável, e imperiosamente retomou as provisões no 4T24.

As Despesas Gerais e Administrativas aumentaram 15,3% em 2024 se comparado com 2023, reflexo das variações de 66% na rubrica de Veículos, Máquinas e Materiais e 14% em Salários e Encargos, devido ao aumento no quadro de funcionários. Em contrapartida, registrou-se uma redução de 19% nas rubricas de Serviços de Terceiros.

O Resultado Operacional da Concessionária, calculado pela Receita Líquida deduzida dos Custos e Despesas excluídas as rubricas do ICPC 01, ficou 6% acima de 2023 no resultado acumulado de 2024.

A Margem Operacional, no entanto, sofreu redução de 4,3%. Essa redução é explicada pela variação dos Custos e Despesas explicados anteriormente.

2.4. EBITDA Ajustado

Descrição	4T24	4T23	Var. (%)	2024	2023	Var. (%)
Receita Líquida (sem ICPC 01)	160.289	179.069	(10,5%)	672.326	606.107	10,9%
(-) Custos dos serviços	(41.917)	(36.667)	14,3%	(161.861)	(145.653)	11,1%
(-) Despesas Gerais e Administrativas	(15.226)	(16.425)	(7,3%)	(57.466)	(49.829)	15,3%
(+) Provisões	1.064	1.782	(40,3%)	3.536	1.185	198,4%
EBITDA	104.210	127.760	(18,4%)	456.535	411.810	10,9%
Margem EBITDA¹	65,0%	71,3%	(6,3) p.p.	67,9%	67,9%	-

O EBITDA ajustado em 2024 atingiu o montante de R\$ 456,5 mil, registrando um aumento de 10,9% em relação ao exercício de 2023. A margem do EBITDA Ajustado de 67,9% em linha comparado a 2023.

A variação positiva do EBITDA Ajustado do ano de 2024 ante 2023 é explicada, principalmente, pelo aumento da Receita Líquida (vide explicações nos **tópicos 2.1** e **2.2** deste Relatório).

2.5. Resultado Financeiro

Descrição	4T24	4T23	Var. (%)	2024	2023	Var. (%)
Receitas de Aplicações Financeiras	13.424	13.580	(1,2%)	68.023	43.293	57,1%
Outras Receitas Financeiras	3.706	762	386,4%	7.928	1.505	426,8%
Despesas Financeiras	(4.479)	(2.100)	113,2%	(9.214)	(82.138)	(88,8%)
Resultado Financeiro Líquido	12.651	12.242	3,3%	66.737	(37.340)	178,7%

O Resultado Financeiro de 2024 findou o ano positivo em R\$ 66.737 mil, com aumento de 178,7% comparado ao ano de 2023.

¹ Margem EBITDA é calculada sobre a Receita Líquida sem a Receita de Construção (ICPC 01).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O resultado de 2024 reflete dois movimentos distintos, quais sejam:

- (i) aumento nas Receitas Financeiras decorreu do crescimento do saldo médio de caixa aplicado em instrumentos financeiros de baixo risco e liquidez diária em 2024 (626.291 mil) comparado com 2023 (321.061 mil); e
- (ii) redução das Despesas Financeiras em relação a 2023, resultado do reperfilamento do Passivo Financeiro da Companhia em mai/23. No 4º trimestre de 2024, a Concessionária celebrou o instrumento de reestruturação do Passivo Financeiro existente, além dos contratos do Financiamento de Longo Prazo. Mais detalhes sobre os Passivos Financeiros na **Nota Explicativa nº 17**.

2.6. Endividamento

Descrição	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023	Var. (%)
(+) Dívida Bruta	1.611.727	1.008.727	59,8%
(+) Arrendamento mercantil operacional	11.354	9.976	13,8%
(-) Custos de Transação	(55.295)	-	-
(-) Caixa e Equivalente de Caixa e Aplicações Financeiras	(841.824)	(582.394)	44,5%
(=) Dívida Líquida	725.962	436.309	66,4%

O Endividamento líquido da companhia apresentou no ano de 2024 um aumento de 66,4% frente ao exercício de 2023, totalizando R\$ 725.967 mil.

A rubrica “Dívida Bruta” apresentou aumento de 59,8% devido ao desembolso financeiro da 1ª série das debêntures da 2ª Emissão da Concessionária. Mais detalhes da emissão estão na **Nota Explicativa nº 17**.

Na rubrica de “Arrendamento mercantil operacional” estão registrados os saldos dos contratos contabilizados conforme CPC 06, onde constam contratos de aluguéis de imóveis, terceirização de serviços operacionais, entre outros objetos de contrato similares.

Na rubrica “Custos de Transação” estão registrados todos os custos relacionados à captação e estruturação do Financiamento de Longo Prazo, serão amortizados periodicamente conforme melhores práticas contábeis.

A rubrica “Caixa e Equivalente de Caixa” apresentou variação de 44,5% em 2024 ante 2023, resultado dos investimentos nas obras de ampliação e melhorias da Rodovia, assim como o desembolso parcial do Financiamento de Longo Prazo.

2.7. Investimentos

Os investimentos acumulados no ano de 2024 totalizaram R\$ 1.196.771 mil, dos quais R\$ 919.630 mil pertencem ao custo de obra de infraestrutura, englobando as rubricas de indireto, obras, adequações e intangível.

A seguir, as principais realizadas ou concluídas durante o ano de 2024:

Principais Obras, por Trecho da Rodovia

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Trecho Norte - km 507 ao km 855	Status em 31/12/2024
Duplicação Posto Gil a Nova Mutum	Em andamento
Duplicação Nova Mutum a Lucas do Rio Verde	Em andamento
Adequação de Parâmetros 60 Meses: Perímetro Urbano de Sorriso	Em andamento
Duplicação Sinop ao km 855	Em andamento
Passarela 04 (Sorriso) – km 752,9	Em andamento
Escritório da ANTT (Sinop) – km 834,9	Em andamento
Passarela 01 (Lucas do Rio Verde) – km 688	Em andamento
Passarela 08 (Sinop) – km 840	Em andamento
Duplicação Sorriso a Sinop	Em andamento
Passarela 02 (Nova Mutum) – km 595,62	Em andamento
Trecho Centro - km 261,9 Ao 320,9 km 321,3 ao km 507	Status em 31/12/2024
Duplicação Rodovia dos Imigrantes – Trecho Cuiabá	Em andamento
Adequação de Parâmetros 60 Meses – Trecho 108 km 353,5 ao km 358,42 (BR-364)	Concluído
Construção da base definitiva SAU 10 – km 450,540	Em andamento
Construção da base definitiva SAU 09 – km 408,700	Em andamento
Construção da base definitiva SAU 11 – km 503,700	Em andamento
Construção da base definitiva SAU 07 – km 303,400	Concluído
Trecho Sul - km 0 ao km 261,9	Status em 31/12/2024
Adequação de Parâmetros 60 Meses – Trecho Sul: km 0 ao 130	Em andamento
Adequação Trecho DNIT entre Jaciara e Rondonópolis	Em andamento
Construção da base definitiva SAU 05 – km 212,500	Concluído
Construção da base definitiva SAU 04 – km 167,200	Concluído
Total	

2.8. Captação de Recursos

Em 22 de novembro de 2024, a Concessionária celebrou os Instrumentos do Financiamento de Longo Prazo, quais sejam:

- (i) Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real (“2ª Emissão de Debêntures”, individualmente um “Instrumento do Financiamento de Longo Prazo”); e
- (ii) Contrato de Financiamento nº 24.2.0321.1 (“FINEM BNDES”, individualmente um “Instrumento do Financiamento de Longo Prazo” e, em conjunto com a 2ª Emissão de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Debêntures, os “Instrumentos do Financiamento de Longo Prazo”), celebrado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”).

No total dos dois Instrumentos do Financiamento de Longo prazo, a Concessionária aprovou o montante de crédito de R\$ 5.350.000.000,00 (cinco bilhões, trezentos e cinquenta milhões de reais), sendo R\$ 4.875.000.000,00 (quatro bilhões, oitocentos e setenta e cinco milhões de reais) pela 2ª Emissão de Debêntures e R\$ 475.000.000,00 (quatrocentos e setenta e cinco milhões) pelo FINEM BNDES.

A totalidade dos recursos captados na 2ª Emissão de Debêntures e no FINEM BNDES será aplicada em (a) reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas aos investimentos na Concessão realizados a partir de 08 de maio de 2023 até 15 de novembro de 2024 (data de emissão das debêntures da 2ª Emissão; e (b) investimentos futuros relativos à exploração da Concessão até a data de conclusão das obras de ampliação de capacidade e melhorias.

Os cronogramas de desembolsos financeiros dos Instrumentos obedecerão a condições precedentes estabelecidas nos Instrumentos do Financiamento de Longo Prazo, estando a 2ª Emissão de Debêntures organizada em 09 (nove) séries, e o FINEM BNDES organizado em 08 (oito) tranches a serem liberadas concomitante aos desembolsos das 2ª à 9ª séries das debêntures da 2ª Emissão.

A 2ª Emissão não possui fiança ou garantia até a conclusão físico-financeira dos investimentos de recuperação e ampliação de capacidade e melhorias na BR-163/MT.

Em 17 de dezembro de 2024 ocorreu a integralização da totalidade das debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão, sendo 600.000 (seiscentas mil) debêntures ao valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada uma, totalizando R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) disponibilizados para a Nova Rota.

Para mais detalhes dos Passivos Financeiros existentes da Concessionária em 31 de dezembro de 2024, como taxas de remuneração, cronogramas de pagamentos, entre outros, favor consultar a **Nota Explicativa nº 17**.

2.9. Valor Adicionado

A Nova Rota gerou, em 2024, o valor adicionado de R\$ 582.572 mil, representando 30,2% da Receita Operacional Bruta (com ICPC 01), o que representa uma diminuição da margem bruta de valor adicionado de 34,3% em relação a 2023, quando o valor adicionado foi de R\$ 511.829 mil, representando 45,9% da Receita Operacional Bruta daquele exercício.

A distribuição do Valor Adicionado gerado pela Companhia está apresentada a seguir. Para mais detalhes acerca do Valor Adicionado pela Concessionária em 2024, favor consultar a **Demonstração de Valor Adicionado** (“DVA”).

Distribuição do valor adicionado	2024	% do Ano	2023	% do Ano
Pessoal e encargos	72.706	12,5%	62.655	12,2%
Impostos, taxas e contribuições	157.188	27,0%	123.740	24,2%
Remuneração de capitais de terceiros	8.655	1,5%	83.418	16,3%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Remuneração de capitais próprios	344.023	59,1%	242.016	47,3%
Valor adicionado distribuído	582.572	100,0%	511.829	100,0%

2.10. Política de Distribuição de Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente dividendos mínimos de 25% calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente. Durante o exercício de 2024 a Companhia não realizou a destinação de dividendos anuais obrigatórios aos acionistas.

Como parte dos compromissos assumidos perante os Credores dos Instrumentos de Financiamento de Longo Prazo da Concessionária, foi deliberada em Assembleia Geral da Acionista em novembro de 2024 a alteração do Estatuto Social da Companhia de forma a restringir qualquer forma de pagamento de recursos a qualquer de seus Acionistas.

Nos termos do artigo 24, parágrafo segundo, do Estatuto Social atualizado da Companhia, até a declaração da conclusão físico-financeira dos investimentos financiados, conforme previsto nos Instrumentos de Financiamento, o pagamento de dividendos estará vedado.

Após a declaração acima, a Companhia poderá distribuir dividendos mínimos conforme estabelecido em seu Estatuto Social, desde que esteja em cumprimento dos *covenants* dos Instrumentos. Adicionalmente, pagamentos que superem o parâmetro mínimo de distribuição conforme o Estatuto Social deverão ser anuídos pelos Credores dos Instrumentos do Financiamento de Longo Prazo.

2.11. Planejamento Empresarial

Durante o ano de 2024, a Concessionária envidou seus máximos esforços na consolidação de contratos e instrumentos que serão desenvolvidos durante a execução das obrigações do TAC Plano de Ação, bem como no longo prazo.

Para o exercício de 2025, a Administração da Concessionária manterá como prioridade as execuções dos cronogramas do TAC Plano de Ação conforme seu Plano de Negócios, especialmente no que tange o atendimento das obrigações presentes nos Instrumentos do Financiamento de Longo Prazo para viabilização do ritmo das obras de ampliação de capacidade e melhorias da BR-163/MT.

2.12. Gestão pela Qualidade Total

Alinhado com as políticas de desenvolvimento sustentável e com as obrigações constantes no Programa de Exploração da Rodovia (“PER”), a Nova Rota possui implementado o Sistema de Gestão Integrado – SGI certificado, desde 2016, nas normas ISO 9001 e ISO 14001:2015. Através da sua Política de Sustentabilidade e Qualidade, é demonstrado o compromisso da Concessionária na implantação de uma gestão moderna, transparente, voltada para o atendimento integral dos requisitos ambientais e para as melhores práticas de governança corporativa.

A Concessionária Nova Rota do Oeste recebeu em 2024, pelo quarto ano consecutivo, o Selo Verde do Conselho Nacional de Defesa Ambiental (“CNDA”), cujo reconhecimento avalia as soluções ecológicas e ambientais existentes nos serviços prestados pelas empresas e atesta a responsabilidade ambiental e investimentos em sustentabilidade ao realizar as atividades com o menor impacto ambiental possível.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em fevereiro de 2024, a Nova Rota recebeu da Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA/MT a renovação da Licença de Instalação nº 76223/2024 referente à Duplicação da BR-163, Trecho do km 507,10 ao Km 855,00, com validade até 2030.

No terceiro trimestre de 2024, pelo quinto ano consecutivo, a Nova Rota conquistou destaque no Índice de Desempenho Ambiental (“IDA”) da ANTT entre as concessões de rodovias federais. A Nova Rota foi classificada em 3º lugar em julho, na divulgação da ANTT, e a pontuação acima de 80% no índice garantiu, mais uma vez, a categoria “classe A” de desempenho ambiental.

Em dezembro deste mesmo ano, a Nova Rota iniciou a elaboração do seu 1º Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE), mapeando e quantificando as principais fontes de emissão em seus processos, conforme a metodologia do *Greenhouse Gas Protocol* (“GHG Protocol”). Esse levantamento será fundamental para desenvolver estratégias eficazes de redução de impacto ambiental e fortalecer nosso compromisso com a sustentabilidade.

2.13. Gestão de Pessoas

A base para integração de pessoas na empresa é feita sob a confiança nessas pessoas e em sua capacidade de buscar seu autodesenvolvimento pessoal e profissional. A Concessionária terminou o ano de 2024 com o efetivo de 988 integrantes diretos (não incluindo estagiários e aprendizes).

A Nova Rota investiu na intensificação de treinamentos de Desenvolvimento de Pessoas com os programas Comunicação não violenta – para áreas multiplicadoras de conteúdo; Letramento em diversidade, inclusão, equidade e pertencimento; Formação de Líderes de Pedágio; Rota da Liderança – Líderes de Pedágio, Operador de CCO III, Mestre de Obras; Rota da Liderança – Supervisores, Engenheiros, Encarregados e Especialistas; Rota da Liderança – Coordenadores; Cultura de Segurança – Todos os integrantes; Diversidade e cultura – áreas administrativas; Treinamentos Técnicos específicos das áreas; Treinamentos de Educação para o trabalho incluindo Power BI e Excel; Saúde mental para área de CCO.

A carga horária total de treinamento no ano de 2024, contando todas as áreas da empresa treinadas em algum ou mais programas, perfazem 47.000 horas e uma média de 45 horas por integrante em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano, a fim de manter a Concessionária a par da evolução nas diversas áreas de tecnologia e gestão, bem como oferecer aos integrantes oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais.

Além disso, a Companhia investiu mais de R\$ 165 mil em auxílios para educação para pós-graduação, especializações, e participações em congressos técnicos, sendo uma estratégia fundamental para o crescimento e a sustentabilidade da Companhia.

3. Indicadores Operacionais

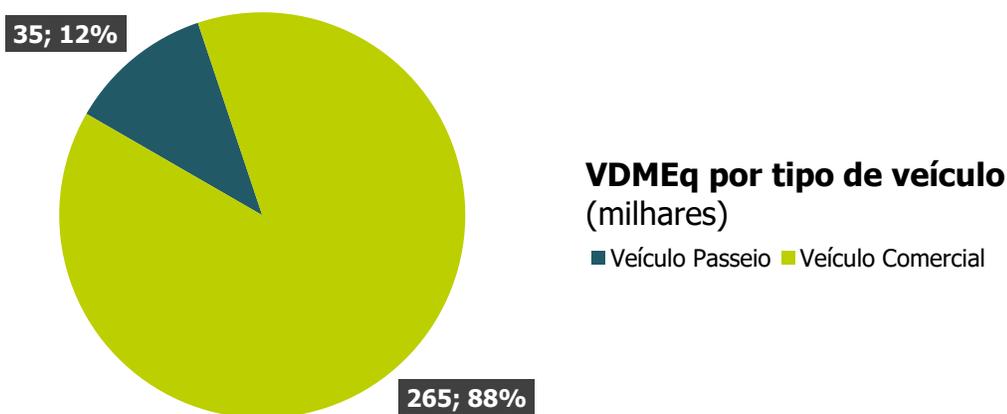
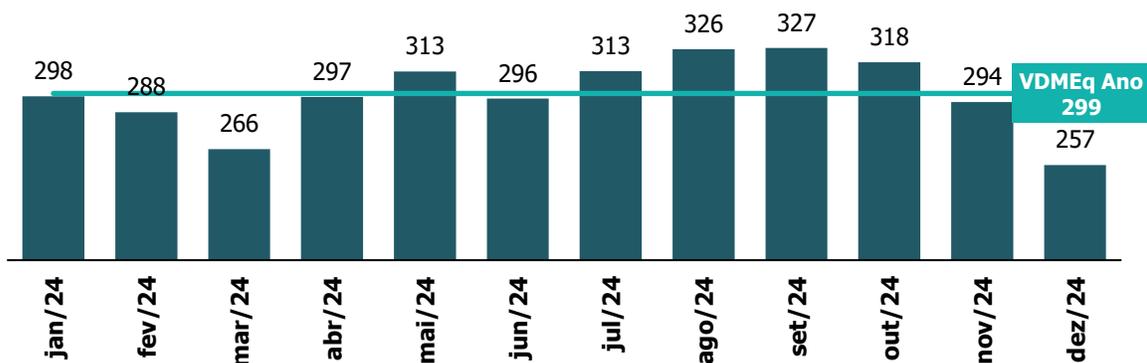
3.1. Caracterização do Tráfego

Volume

Nas figuras a seguir é apresentado o VDMEq mensal e total de 2024, além da representatividade de Veículos Leves e Pesados no indicador.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

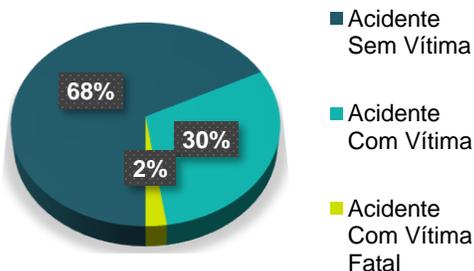
VDMEq mensal e anual (milhares)



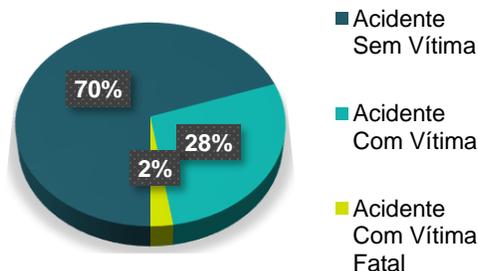
3.2. Segurança no Trânsito – Número de Ocorrências

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade e tipo de ocorrência no exercício corrente e no exercício anterior.

Acidentes, por grau da ocorrência (2024)

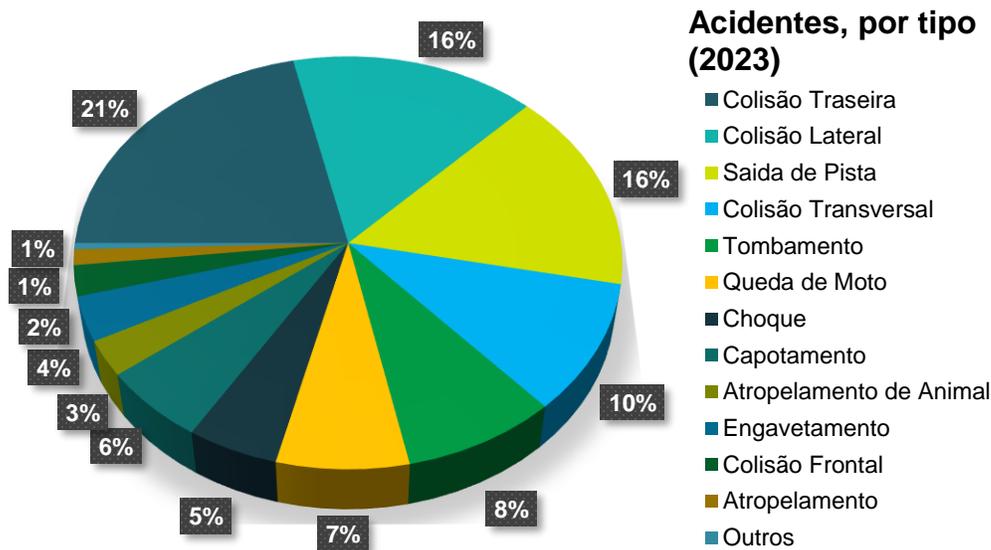
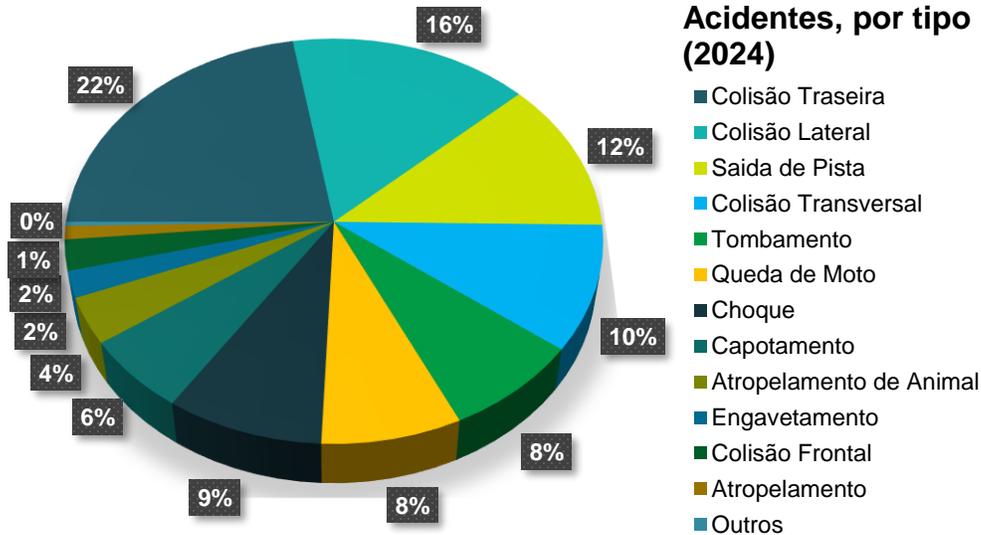


Acidentes, por grau da ocorrência (2023)



A figura a seguir apresenta valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia no ano de 2024 e 2023.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



3.3. Dados Operacionais da Concessão

3.3.1. Veículos Alocados

Na tabela a seguir são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do exercício de 2024.

Em atendimento ao Manual de Contabilidade ANTT, e com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é apresentado um indicador da quantidade de veículos dividida pela extensão da via sob concessão (coluna “Quantidade/100km”). Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

De maneira a tornar o número mais tangível aos leitores do Relatório de Administração, é apresentado um indicador adicional que converte o indicador obrigatório em uma distribuição dos veículos pela extensão da BR-163/MT.

Tipo de Veículos	Quantidade	Quantidade / 100 km	Conversão
Total de Veículos Operacionais	108	12,69	1 veículo a cada 7,50 km.
Ambulância de Resgate/UTI - Tipo D	5	0,59	1 veículo a cada 170,00 km.
Ambulância de Resgate - Tipo C	16	1,88	1 veículo a cada 50,00 km.
Carretinha de Apreensão de Animais	5	0,59	1 veículo a cada 170,00 km.
Carreta de PMV	13	1,53	1 veículo a cada 65,00 km.
Guincho Leve	26	3,06	1 veículo a cada 32,50 km.
Guincho Pesado	12	1,41	1 veículo a cada 70,00 km.
Caminhão - Pipa	6	0,71	1 veículo a cada 140,00 km.
Veículo de inspeção	25	2,94	1 veículo a cada 33,00 km.
Total de Veículos de Apoio	106	12,46	1 veículo a cada 8,00 km.
Administrativo	98	11,52	1 veículo a cada 8,50 km.
Fiscalização ANTT	3	0,35	1 veículo a cada 280,00 km.
Manutenção	5	0,59	1 veículo a cada 170,00 km.
Total de Veículos Operacionais	214	25,15	1 veículo a cada 3,75 km.

3.3.2. Funcionários Alocados

Na tabela a seguir são apresentadas as quantidades totais de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do exercício de 2024.

Em atendimento ao Manual de Contabilidade ANTT, e com objetivo de permitir a comparação proporcional entre Concessionárias, é apresentado um indicador que quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida (coluna “Pessoas/VDMA”). Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

De maneira a tornar o número mais tangível aos leitores do Relatório de Administração, é apresentado um indicador adicional que converte o indicador obrigatório em uma proporção dos funcionários alocados na Operação da BR-163/MT pelo VDMA do exercício de 2024.

Equipe Operação	Quantidade	Quantidade / 100 km	Conversão
Praças de Pedágio	331	38,90	1 pessoa a cada 235 mil veículos.
Supervisor de Operações (Pedágio)	3	0,35	1 pessoa a cada 26.000 mil veículos.
Lider de Pedágio	36	4,23	1 pessoa a cada 2.150 mil veículos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Operador de Pedágio	249	29,26	1 pessoa a cada 310 mil veículos.
Operador de Pedágio e Pesagem	15	1,76	1 pessoa a cada 5.200 mil veículos.
Analista de Operações e Pesagem	1	0,12	1 pessoa a cada 78.000 mil veículos.
Auxiliar de Limpeza	18	2,12	1 pessoa a cada 4.300 mil veículos.
Auxiliar de Serviços Gerais	9	1,06	1 pessoa a cada 8.650 mil veículos.
Bases de Atendimento ao Usuário ("SAU")	261	30,67	1 pessoa a cada 295 mil veículos.
Supervisor de Operações (Tráfego)	10	1,18	1 pessoa a cada 7.500 mil veículos.
Líder de Tráfego	1	0,12	1 pessoa a cada 78.000 mil veículos.
Operador de Tráfego I	203	23,86	1 pessoa a cada 385 mil veículos.
Operador de Tráfego II	45	5,29	1 pessoa a cada 1.500 mil veículos.
Analista Adm. de Operações Jr	2	0,24	1 pessoa a cada 39.000 mil veículos.
Centro de Controle de Operações ("CCO")	28	3,29	1 pessoa a cada 2.750 mil veículos.
Supervisor de Operações (CCO)	1	0,12	1 pessoa a cada 78.000 mil veículos.
Controlador de CCO I	6	0,71	1 pessoa a cada 13.000 mil veículos.
Controlador de CCO II	17	2,00	1 pessoa a cada 4.500 mil veículos.
Controlador de CCO III	4	0,47	1 pessoa a cada 19.500 mil veículos.
Diretoria de Operações	13	1,53	1 pessoa a cada 6.000 mil veículos.
Diretor de Operações	1	0,12	1 pessoa a cada 78.000 mil veículos.
Gerente de Operações	1	0,12	1 pessoa a cada 78.000 mil veículos.
Gerente de Eficiência Operacional	1	0,12	1 pessoa a cada 78.000 mil veículos.
Coordenador de Operações	3	0,35	1 pessoa a cada 26.000 mil veículos.
Coordenador de Segurança Viária	1	0,12	1 pessoa a cada 78.000 mil veículos.
Equipe de Segurança Viária	2	0,24	1 pessoa a cada 39.000 mil veículos.
Analistas e Assistente de logística	4	0,47	1 pessoa a cada 19.500 mil veículos.
Centro de Controle de Arrecadação ("CCA")	9	1,06	1 pessoa a cada 8.500 mil veículos.
Coordenadora de CCA	1	0,12	1 pessoa a cada 78.000 mil veículos.
Analista de CCA	1	0,12	1 pessoa a cada 78.000 mil veículos.
Assistente de CCA	7	0,82	1 pessoa a cada 11.000 mil veículos.
Gestão da Frota	7	0,82	1 pessoa a cada 11.000 mil veículos.
Coordenador de Operações	1	0,12	1 pessoa a cada 78.000 mil veículos.
Analista de Frota	1	0,12	1 pessoa a cada 78.000 mil veículos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Técnico de Manutenção Frota	4	0,47	1 pessoa a cada 19.500 mil veículos.
Assistente Administrativo	1	0,12	1 pessoa a cada 78.000 mil veículos.
TOTAL	649	76,27	1 pessoa a cada 120 mil veículos.

4. Aspectos Financeiros

As tabelas dos tópicos a seguir tem a finalidade de apresentar indicadores financeiros da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com seu valor acumulado desde o início da Concessão, somados em sua base nominal (a valores correntes de cada ano).

4.1. Receitas (em R\$ mil)

O valor correspondente a receita é obtida pela cobrança da tarifa de pedágio (Receita de Pedágio) e com a permissão para utilização da faixa de domínio da rodovia (Receita Acessória).

Receitas	2024	Acumulado
Receita de Pedágio	726.014	4.616.516
Receita Acessória	6.935	63.362
Total	732.948	4.679.878

4.2. Investimentos (em R\$ mil)

Investimento bruto	2024	Acumulado
Adição de Intangível, Imobilizado e Ativo de Contrato (GPC 01), antes de amortizações e baixas	1.188.047	4.023.147
Total	1.188.047	4.023.147

Acima estão representadas as adições ao Intangível, ao Imobilizado, e ao Ativo de Contrato realizado em 2024, uma métrica para os investimentos realizados pela Concessionária na BR-163/MT.

4.3. Custos Operacionais (em R\$ mil)

Custos Operacionais	2024	Acumulado
Custos Operacionais (sem provisões e depreciação)	1.356.471	5.166.614
Total	1.356.471	5.166.614

4.4. ISS repassados (em R\$ mil)

ISS repassados	2024	Acumulado
ISS repassados	35.015	222.680
Total	35.015	222.680

A Nova Rota gerou ingressos de recursos direto aos cofres dos municípios limieiros no valor de R\$ 26.495 mil a título de ISSQN sobre os investimentos realizados em suas obras, e 35.015 mil a título de ISSQN sobre a arrecadação do pedágio em 2024, aumento de 36,4% em relação ao ano de 2023.



Relatório da Administração – DFP 2024
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4.5. Tarifa

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo. Valor da tarifa por praça de pedágio vigente em 31/12/2024.

Categoria	Itiquira (PP1)	Rondonópolis (PP2)	Campo Verde (PP3)	Sto. Antonio de Leverger (PP4)	Jangada (PP5)	Nobres (PP6)	Nova Mutum (PP7)	Lucas do Rio Verde (PP8)	Sorriso (PP9)
Categoria 1	R\$ 6,00	R\$ 6,70	R\$ 5,50	R\$ 5,50	R\$ 7,20	R\$ 6,10	R\$ 5,00	R\$ 6,40	R\$ 9,00
Categoria 2	R\$ 12,00	R\$ 13,40	R\$ 11,00	R\$ 11,00	R\$ 14,40	R\$ 12,20	R\$ 10,00	R\$ 12,80	R\$ 18,00
Categoria 3	R\$ 9,00	R\$ 10,00	R\$ 8,25	R\$ 8,25	R\$ 10,80	R\$ 9,10	R\$ 7,50	R\$ 9,60	R\$ 13,50
Categoria 4	R\$ 18,00	R\$ 20,10	R\$ 16,50	R\$ 16,50	R\$ 21,60	R\$ 18,30	R\$ 15,00	R\$ 19,20	R\$ 27,00
Categoria 5	R\$ 12,00	R\$ 13,40	R\$ 11,00	R\$ 11,00	R\$ 14,40	R\$ 12,20	R\$ 10,00	R\$ 12,80	R\$ 18,00
Categoria 6	R\$ 24,00	R\$ 26,80	R\$ 22,00	R\$ 22,00	R\$ 28,80	R\$ 24,40	R\$ 20,00	R\$ 25,60	R\$ 36,00
Categoria 7	R\$ 30,00	R\$ 33,50	R\$ 27,50	R\$ 27,50	R\$ 36,00	R\$ 30,50	R\$ 25,00	R\$ 32,00	R\$ 45,00
Categoria 8	R\$ 36,00	R\$ 40,20	R\$ 33,00	R\$ 33,00	R\$ 43,20	R\$ 36,60	R\$ 30,00	R\$ 38,40	R\$ 54,00
Categoria 9	R\$ 3,00	R\$ 3,30	R\$ 2,75	R\$ 2,75	R\$ 3,60	R\$ 3,00	R\$ 2,50	R\$ 3,20	R\$ 4,50
Categoria 6+1	R\$ 42,00	R\$ 46,90	R\$ 38,50	R\$ 38,50	R\$ 50,40	R\$ 42,70	R\$ 35,00	R\$ 44,80	R\$ 63,00
Categoria 6+2	R\$ 48,00	R\$ 53,60	R\$ 44,00	R\$ 44,00	R\$ 57,60	R\$ 48,80	R\$ 40,00	R\$ 51,20	R\$ 72,00
Categoria 6+3	R\$ 54,00	R\$ 60,30	R\$ 49,50	R\$ 49,50	R\$ 64,80	R\$ 54,90	R\$ 45,00	R\$ 57,60	R\$ 81,00
Categoria 6+4	R\$ 60,00	R\$ 67,00	R\$ 55,00	R\$ 55,00	R\$ 72,00	R\$ 61,00	R\$ 50,00	R\$ 64,00	R\$ 90,00
Eixos Adicionais	R\$ 6,00	R\$ 6,70	R\$ 5,50	R\$ 5,50	R\$ 7,20	R\$ 6,10	R\$ 5,00	R\$ 6,40	R\$ 9,00

Relatório da Administração – DFP 2024
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



5. Concessionária em números

Dados de 2024	Unidade de medida e comentário
Características da Via	
Quilômetros de Rodovia	850,9 km
Número de veículos absolutos que transitaram	Leves: 12,8 milhões (44,6%)
	Pesados: 15,9 milhões (55,4%)
Número de praças de pedágio	9
Tarifa de Pedágio	R\$ 6,74 / 100 km
Número de quilômetros mantidos	850,9 km
Índice de congestionamento	n/a
Trânsito médio diário anual equivalente	299.416
Equipes utilizadas pelo concessionário	Praças de Pedágio (331)
	Bases SAU (261)
	CCO (28)
	Diretoria de Operações (13)
	CCA (9)
	Frota (7)
Índices de qualidade da estrada - Pista Simples ¹	Irregularidade Longitudinal (IRI) média das pistas simples é de 2,84 m/km
	Índice de Gravidade Global (IGG) médio das pistas simples é de 41.
	Afundamento de Trilha de Roda (ATR) média das pistas simples é de 3,87 mm.
Índices de qualidade da estrada - Pista Dupla ¹	Irregularidade Longitudinal (IRI) média das pistas duplas é de 2,12 m/km
	Índice de Gravidade Global (IGG) médio das pistas duplas é de 40.
	Afundamento de Trilha de Roda (ATR) média das pistas duplas é de 3,41 mm.
Receita Líquida	R\$ 672.323 mil
Custos dos serviços prestados	R\$ 161.862 mil
Fator Trabalho	

¹ Os dados apresentados baseiam-se nos resultados da Monitoração de Pavimento realizada entre os meses de Março e Junho de 2024. Estes resultados foram consolidados e, desta forma, identificados a situação do pavimento integrante do trecho sob concessão das Rodovias BR-163/MT, BR-070/MT e BR-364/MT, em todas as faixas de tráfego. Cabe ressaltar que em decorrência do período de realização dos levantamentos, a condição apresentada pode não representar a situação atual da rodovia quando da publicação das Demonstrações Financeiras de 2024, tendo em vista a execução de obras de ampliação e melhorias, restauração e adequação de parâmetros dos pavimentos sob responsabilidade da Concessionária.

Relatório da Administração – DFP 2024
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Dados de 2024	Unidade de medida e comentário
Número de trabalhadores	988
Despesas de pessoal	R\$ 56.538 mil
Trabalhadores Subcontratados	2.090
Fator Capital	
Despesas de depreciação	R\$ 97 milhões
Ativo líquido	R\$ 905 milhões
Ativo bruto	R\$ 3.559 milhões
Série histórica dos investimentos	R\$ 2.853 milhões
Custo de oportunidade de capital	n/a
Fator Intermediários	
Despesas em administração	R\$ 72 milhões
Despesas em manutenção	R\$ 69 milhões
Outras despesas	-
Seguridade	
Quantidade de acidentes	Acidente Sem Vítima: 2.749
	Acidente Com Vítima: 1.230
	Acidente Com Vítima Fatal: 96
Indicadores	
Receita líquida por km	R\$ 790 mil / km
Custo por km	R\$ 190 mil / km

6. Balanço Social

Concessionária Rota do Oeste S.A.			
Balanço social em 31 de dezembro de 2024 e de 2023			
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em outra unidade)			
Balanço social	2024	2023	
1 - Faturamento bruto (sem ICPC 01)	Valor	Valor	
Receita líquida (RL)	672.323	606.107	
Resultado operacional (RO)	355.752	335.117	

Relatório da Administração – DFP 2024
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Concessionária Rota do Oeste S.A.

Balanco social em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em outra unidade)

Balanco social	2024	2023
1.1 - Folha de pagamento bruta (FPB)	Valor	Valor
Folha de pagamento bruta - Total remunerações	56.538	53.197
Folha de pagamento bruta - Total pago a empresas prestadoras de serviços	-	-

2 - Indicadores sociais internos	Valor	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor	% Sobre FPB	% Sobre RL
Alimentação	10.364	18,33%	1,54%	7.275	13,68%	1,20%
Encargos sociais	13.272	23,47%	1,97%	11.459	21,54%	1,89%
Previdência privada	712	1,26%	0,11%	602	1,13%	0,10%
Saúde	7.064	12,49%	1,05%	5.718	10,75%	0,94%
Segurança e Saúde no trabalho	325	0,57%	0,05%	248	0,47%	0,04%
Educação	23	0,04%	0,00%	101	0,19%	0,02%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	718	1,27%	0,11%	540	1,02%	0,09%
Creches ou auxílio creche	714	1,26%	0,11%	398	0,75%	0,07%
Participação os lucros ou resultados	4.475	7,92%	0,67%	5.852	11,00%	0,97%
Outros	229	0,41%	0,03%	126	0,24%	0,02%
Total - Indicadores sociais internos	37.896	67,03%	5,64%	32.319	60,75%	5,33%

Tributos (Exceto encargos sociais)	147.043			115.126		
Total - Indicadores sociais internos	184.939			147.445		

3 - Indicadores sociais externos	Valor	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor	% Sobre FPB	% Sobre RL
Sem valores a informar	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a

Relatório da Administração – DFP 2024
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Concessionária Rota do Oeste S.A.

Balanco social em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em outra unidade)

Balanco social	2024	2023
4 - Indicadores ambientais	Valor	Valor
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária	2.445	2.026
Investimentos em programas e/ou projetos externos	1.045	574
Total de investimentos em meio ambiente	3.490	2.600

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção / operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária	() Não possui metas	() Não possui metas
	() Cumpre de 0 a 50%	() Cumpre de 0 a 50%
	(x) Cumpre de 75 a 100%	(x) Cumpre de 75 a 100%

5 - Indicadores do Corpo Funcional		
Nº de colaboradores ao final do período	988	961
	14,27% até 06 meses.	6,62% até 06 meses
	12,55% de 06 meses a 01 ano.	11,64% de 06 meses a 01 ano
Tempo de serviço	23,48% entre 01 a 02 anos.	24,75% entre 01 a 02 anos
	25,91% entre 02 a 05 anos.	31,62% entre 02 a 05 anos
	23,79% acima de 05 anos.	25,37% acima de 05 anos
Nº de admissões durante o período	347	489
Nº de demissões durante o período	289	334
Nº de colaboradores terceirizados	2.090	1.565
Nº de estagiários (as)	25	8
Nº de colaboradores com até 18 anos	1	40
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	123	127
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	699	662
Nº de colaboradores acima de 45 anos	165	132
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	450	457
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	6,00%	27,00%

Relatório da Administração – DFP 2024
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Concessionária Rota do Oeste S.A.

Balanco social em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em outra unidade)

Balanco social	2024	2023
Remuneração paga a mulheres no período	R\$ 1.332	R\$ 1.165
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	90	35
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0,20%	11,00%
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	35	28
Total de horas extras trabalhadas	156.142	108.046
Total de horas extras pagas	R\$ 2.574	R\$ 1.609
Total de INSS pagos	R\$ 8.710	R\$ 7.326
Total de FGTS pago	R\$ 3.127	R\$ 2.845
Total de Contribuição Sindical paga	R\$ 228	R\$ 283
Total dos demais encargos sociais pagos	R\$ 1.207	R\$ 1.005
Total de ICMS recolhidos no período	R\$ 0	R\$ 0
Total de IR recolhido no período	R\$ 8.439	R\$ 9.630
Total de CSLL recolhido no período	R\$ 29.889	R\$ 19.510
Total de PIS recolhidos no período	R\$ 4.552	R\$ 4.094
Total de COFINS recolhidos no período	R\$ 21.012	R\$ 18.894
Total de outros tributos recolhidos no período	R\$ 35.425	R\$ 31.856

6 - Exercício da cidadania empresarial

Número total de acidentes de trabalho	41	28
	() direção	() direção
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	(x) direção e gerencias	(x) direção e gerencias
	() todos os colaboradores	() todos os colaboradores
	() direção e gerencias	() direção e gerencias
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	() todos os colaboradores	() todos os colaboradores
	(x) todos + CIPA	(x) todos + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a	() não se envolve	() não se envolve
	(x) segue as normas da OIT	(x) segue as normas da OIT

Relatório da Administração – DFP 2024
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Concessionária Rota do Oeste S.A.

Balanco social em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em outra unidade)

Balanco social	2024	2023
representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	() incentiva as normas da OIT	() incentiva as normas da OIT
	() direção	() direção
A previdência privada contempla:	() direção e gerencias	() direção e gerencias
	(x) todos os colaboradores	(x) todos os colaboradores
	() direção	() direção
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção e gerencias	() direção e gerencias
	(x) todos os colaboradores	(x) todos os colaboradores
	() não são considerados	() não são considerados
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	() são sugeridos	() são sugeridos
	(x) são exigidos	(x) são exigidos
	() não se envolve	() não se envolve
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	() apoia	() apoia
	(x) organiza e incentiva	(x) organiza e incentiva
	93% na Concessionária	93% na Concessionária
% de reclamações e críticas solucionadas:	1% no PROCON	1% no PROCON
	6% na Justiça	7% na Justiça
Valor adicionado total a distribuir	582.574	511.829
	27% ao Poder Público	24% ao Poder Público
	59% ao(s) Acionista(s)	47% ao(s) Acionista(s)
Distribuição do Valor Adicionado	12% aos Colaboradores	12% aos Colaboradores
	1% aos Terceiros	16% aos Terceiros

7. Governança

A Concessionária Rota do Oeste S.A. é uma sociedade anônima, de propósito específico, de capital aberto registrada na categoria “B” perante a CVM, criada sob a forma de subsidiária integral da sua então controladora, na época, a OTP Rodovias S.A.

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia está atualmente calçada em duas entidades principais, o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia.

Relatório da Administração – DFP 2024

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração deve ser composto de, no mínimo, três e, no máximo, seis membros efetivos e respectivos suplentes, a serem eleitos e destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral da Companhia, com um mandato unificado de dois anos, sendo permitida a reeleição. Atualmente, o Conselho de Administração da Companhia é composto por cinco membros.

O Conselho de Administração tem sua atuação definida no âmbito institucional da organização, atuando na fixação da orientação geral dos negócios da Companhia, na análise dos relatórios da administração, demonstrações contábeis e contas da diretoria, na convocação de assembleias, na aprovação do plano de negócios, entre outras atribuições.

A Diretoria é o órgão executivo e de representação da Companhia, que deve ser composta de no mínimo dois diretores, e, no máximo, quatro diretores eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente e de Relação com Investidores e outros três Diretores sem designação específica. Estes são eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de dois anos, admitida a reeleição. Atualmente, a Diretoria da Companhia é composta por dois diretores.

A Companhia implantou em 2014 um sistema de conformidade, e desde então vem aprimorando-o com o objetivo de endereçar regras e procedimentos para assegurar a conformidade dos negócios com os requisitos legais e princípios de conduta ética, íntegra e transparente (“Sistema de Conformidade”). Esse sistema de conformidade inclui: i) reporte do Responsável de Conformidade ao Conselho de Administração; ii) Comitê de Ética, com calendário de reuniões periódicas; iii) programa contínuo de capacitação e comunicação aos integrantes; iv) processo de análise reputacional de terceiros e o engajamento dos parceiros comerciais, por meio da inclusão de dispositivos contratuais, com a obrigatória adesão ao código de conduta do fornecedor e à cláusula anticorrupção; v) avaliação de riscos; vi) auditorias de processos; e vii) disponibilização de um canal de Linha de Ética gerenciado por empresa especializada e independente, para recebimento de eventuais relatos sobre Desvios de Condutas.

Com a troca do controle acionário da companhia, a política de conformidade foi submetida à deliberação do Conselho de Administração, sendo integralmente ratificada pela nova gestão.

8. Responsabilidade Social

8.1. Desempenho Social e Benefício às Comunidades

Em 2024 o programa de Responsabilidade Socioambiental realizou os seguintes projetos:

8.1.1. Projeto Parada Legal

O projeto visa promover a saúde e o bem-estar dos Usuários da Rodovia, em especial aos caminhoneiros, que somam 70% do total de condutores que trafegam pela BR-163/MT1.

O projeto foca em ações preventivas, oferecendo atendimentos médicos, nutricionais e orientativos à conscientização dos Usuários quanto à sua condição física e conformidade às normas de trânsito e legislações aplicáveis, almejando como objetivos a melhoria de sua qualidade de vida e na redução dos acidentes causados por causas relacionadas à saúde dos Usuários.

¹ Fonte: Concessionária Rota do Oeste.

Relatório da Administração – DFP 2024

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



O projeto em 2024 foi realizado em duas edições, sendo a primeira no mês de maio no município de Sinop, no norte do Estado. A primeira edição contou com o apoio e parceria da Polícia Rodoviária Federal (“PRF”), do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso (“Detran-MT”), da Secretaria Municipal de Saúde de Sinop, além do Posto Rodobrás Inpasa do município.

Nesta edição foram atendidos 328 usuários, totalizando mais de 4.400 atendimentos variados, como a verificação de Índice de Massa Corpórea (“IMC”), aferição de pressão arterial, glicose sanguínea, orientação nutricional, vacinação, exame de acuidade visual, corte de cabelo e massagem, além de orientações gerais com a equipe do Detran-MT e do departamento de Faixa de Domínio da Nova Rota.

A segunda edição do Para Legal de 2024 foi realizada no município de Rondonópolis, no sul do Estado. O evento contou novamente com apoio da PRF e do Detran-MT, além da Secretaria Municipal de Saúde de Rondonópolis, do Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (“SEST SENAT”) do município, do Sesi Saúde, do Posto Aldo e da empresa Sena Pneus.

Na segunda edição de 2024, foram atendidos 430 usuários, totalizando mais de 5.500 atendimentos variados, como aferições relacionadas à área da saúde física e bucal, orientações sobre segurança viária e documentações de trânsito, vacinação, corte de cabelo, manicure e massagem, balcão de empregos e consultas sobre a faixa de domínio da rodovia.

A seguir segue um breve relatório fotográfico das edições do Parada Legal 2024.



Atendimento em uma das estações de Saúde.



Atendimento na estação de bem-estar corte de cabelo.



Quick Massage na estação Bem-Estar



Experiência em simulador de direção.



Profilaxia e limpeza bucal.



Aplicação de vacinas.

Relatório da Administração – DFP 2024

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



8.1.2. Campanha de Segurança Viária

A segurança viária é uma preocupação primordial, não apenas para a Nova Rota, mas para toda a comunidade que trafega e reside ao longo da BR-163 entre os municípios de Itiquira e Sinop, em Mato Grosso. Com o intuito de promover uma cultura de trânsito mais segura, saudável e consciente, foi realizada a campanha "Paz no trânsito começa por você", inspirada no mote das campanhas educacionais do Conselho Nacional de Trânsito ("Contran") em 2024, veiculada durante os meses de agosto a dezembro, incluindo o importante período da Semana Nacional de Trânsito em setembro.

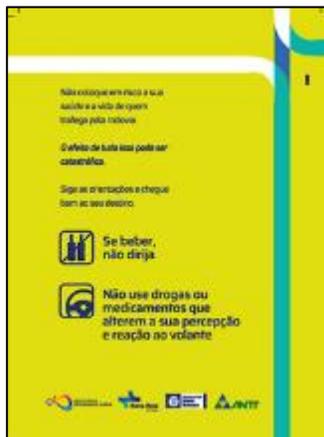
A campanha da Nova Rota integrou-se aos esforços nacionais de promoção da educação e segurança no trânsito orientados pelo Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito ("PNATRANS") do Ministério dos Transportes do Governo Federal, conscientizando condutores e pedestres sobre suas responsabilidades coletivas na construção de um ambiente viário pacífico, seguro, inclusivo e democrático. Seu principal objetivo foi incentivar boas práticas e reflexões sobre a conduta no trânsito, promovendo comportamentos responsáveis que contribuam para a redução de acidentes, mortes e lesões, preservando vidas.

A campanha foi veiculada através de diversos canais de comunicação e teve alcance acima do esperado: pelo rádio, mais de 8 milhões de ouvintes foram alcançados; o banner da campanha nos sites de notícias registrou mais de 85 milhões de acessos; pelo Google Ads foram contabilizados mais de 1 milhão de impressões; e nas redes sociais, com os melhores resultados de alcance e visibilidade direta, a campanha de segurança viária da Nova Rota obteve mais de 4 milhões de impressões e 81 mil interações no Facebook e Instagram, além de 573 mil impressões no TikTok, e 254 mil visualizações das mídias no YouTube.

Abaixo estão reproduzidas algumas das peças produzidas e veiculadas no ano de 2024.



Peças da campanha Álcool e Drogas – Frente



Peças da campanha Álcool e Drogas – Verso

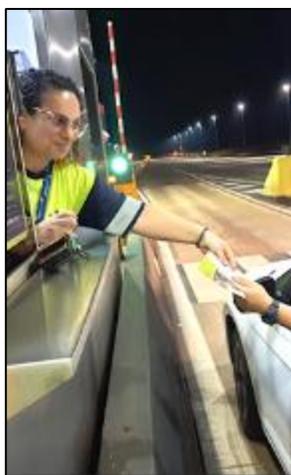


Peças da campanha Álcool e Drogas – Diversas

Relatório da Administração – DFP 2024
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Evidências de distribuição dos panfletos nas praças de pedágio.



Evidências de distribuição dos panfletos nas praças de pedágio.



Evidências de distribuição dos panfletos nas praças de pedágio.

8.1.3. Projeto Rota do Bem

O projeto Rota do Bem foi realizado em 2024 pela área de Conformidade com o objetivo de levar os exemplos de atitudes éticas aos alunos do ensino básico da rede municipal. Através de uma dinâmica lúdica e inspirada em sinais de trânsito, conduzida por uma equipe de animação profissional, os alunos percorreram o trecho da concessão simulado, oferecendo experiências em que foram explicados os conceitos de Compromisso, Respeito, Solidariedade, Honestidade e Ética.

Foram realizadas 03 (três) edições do evento, cada uma em um município da concessão da BR-163/MT: no Trecho Sul – Rondonópolis, no Trecho Centro – Cuiabá, e no Trecho Norte – Sorriso. Participaram da ação mais de 350 crianças, além de professores e integrantes da Companhia.

A seguir está um breve relatório fotográfico do evento.



Relatório da Administração – DFP 2024
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



8.1.4. Movimento Todos por Elas

A Nova Rota atuou como uma das entidades promotoras do Movimento “Todos por Elas”, uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (“CNJ”) e do Poder Judiciário de Mato Grosso, realizada por meio da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Rondonópolis, com apoio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (“CeMulher”) do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, e a participação de parceiros, unidos com o objetivo de conscientizar a sociedade para o enfrentamento à violência doméstica contra mulheres, crianças e adolescentes.

O evento encerrou a programação alusiva ao Dia Internacional da Mulher e foi direcionado aos motoristas de transporte de cargas. Todas as transportadoras com sede em Rondonópolis participaram do evento.

Além da Nova Rota do Oeste, o movimento contou com a parceria da PRF, do Sindicato dos Transportes de Cargas, da Associação dos Transportadores de Cargas, da Associação Comercial e Empresarial, do SEST SENAT, e da Prefeitura de Rondonópolis, buscando ações positivas para a conscientização das pessoas contra a violência doméstica e o combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes.



Relatório da Administração – DFP 2024
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



8.1.5. Torneio Solidário: Esporte, União e Solidariedade

Com o objetivo de fortalecer a integração entre os colaboradores e promover uma ação de impacto social, foi promovido e realizado o 4º Torneio de Vôlei de Praia da Nova Rota. Além da promoção da prática de esportes, dos momentos de lazer e confraternização entre funcionários, a iniciativa teve uma contrapartida solidária: a inscrição no torneio foi feita por meio da doação de alimentos.

A mobilização dos participantes e da comunidade foi inspiradora, resultando na arrecadação de mais de 500 kg de alimentos. Esses donativos foram destinados à Casa Transitória Irmã Dulce no município de Cuiabá, instituição que oferece apoio a pessoas em tratamento contra o câncer, muitas delas vindas de municípios e estados vizinhos, que precisam de um local para se hospedar durante o tratamento.

A ação reforçou o compromisso da nossa equipe em ir além do ambiente de trabalho e contribuir ativamente para o bem-estar da sociedade.



Relatório da Administração – DFP 2024

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



8.1.6. Diversidade e Inclusão

Promover a diversidade e a inclusão é um compromisso essencial para a Nova Rota do Oeste. A Companhia busca transformar essa pauta em ações concretas que gerem impacto real dentro e fora da empresa. O principal objetivo deste projeto é ampliar a visibilidade e fortalecer o reconhecimento de grupos historicamente minorizados, incluindo pessoas LGBTQIA+, negros, pessoas com deficiência (PCDs), mulheres, profissionais com mais de 45 anos, indígenas, e jovens da geração Z.

Uma das principais iniciativas do projeto é o letramento contínuo dos colaboradores da Concessionária. Todos os novos integrantes da empresa passam por um treinamento voltado à diversidade e inclusão, garantindo que esse tema seja compreendido e valorizado desde o primeiro dia. Além disso, realizamos reciclagens com o departamento de Pessoas e Organizações (P&O), especialmente durante a Semana da Diversidade e Inclusão, com o propósito de capacitar 100% do nosso quadro de colaboradores sobre a importância do respeito, da equidade e da representatividade no ambiente corporativo.

No ano de 2024, a agenda de diversidade e inclusão foi reforçada com a criação do “Conversa Diversa”, eventos internos da Concessionária que promoveram um espaço aberto para diálogos sobre temas relevantes, trazendo reflexões que ajudam a transformar invisibilidade em representatividade, sendo eles: Dia dos Povos Indígenas, Especial dia das Mães, Especial Vozes LGBTQIA+, Especial Geração Z no desenvolvimento do Negócio, Especial Geração 50+ e Especial consciência negra, com um impacto de total de 719 participantes em todas as datas. Por meio dessas trocas, foram fomentadas discussões que sensibilizaram, educaram, e contribuíram a construir um ambiente mais inclusivo, seguro e acolhedor para todos.

O compromisso da Companhia também se estende para além de suas estruturas internas. Principalmente pelas redes sociais, utilizando seu alcance e visibilidade para reforçar posicionamentos sobre diversidade e inclusão, a Administração acredita que, ao dar voz a essas pautas, um futuro mais igualitário é mais possível de ser atingido, onde todas as pessoas possam ser respeitadas e valorizadas por quem são.

Abaixo segue um relatório fotográfico dos banners dos eventos da Conversa Diversa, além de registros dos treinamentos realizados em 2024.





8.1.7. Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça

No dia 28 de maio de 2024, em Brasília-DF, a Nova Rota do Oeste participou da 7ª edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, promovido pelo Ministério das Mulheres do Governo Federal. A iniciativa tem como objetivo incentivar práticas de equidade de gênero e raça na cultura organizacional de médias e grandes empresas, com foco na gestão de pessoas e recursos humanos.

Ainda em 2024, a Nova Rota do Oeste aderiu oficialmente ao Programa Pró-Equidade, assumindo compromissos de promover um ambiente de trabalho mais inclusivo e igualitário, e enfrentar as discriminações de gênero e raciais, garantindo oportunidades justas para todas as pessoas dentro da Companhia.

A participação no Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça não apenas fortalece a responsabilidade social e o alinhamento das práticas da Companhia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (“ODS-ONU”), mas também promove uma cultura organizacional mais diversa e comprometida com o respeito e a inclusão.

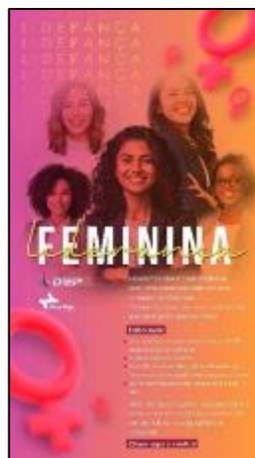
Como resultado da adesão ao Programa, a Concessionária iniciou um plano de ação estruturado, abrangendo diferentes abordagens e esferas de aplicação, como no recrutamento e seleção, na qualificação e treinamento, nas análises de ascensão funcional, nas políticas de benefícios, nas políticas e práticas de saúde e segurança, nas práticas de combate ao assédio e discriminação, além da promoção da diversidade na cultura organizacional.

A Concessionária acredita que a equidade é um pilar essencial para seu crescimento sustentável e para gerar um impacto positivo em seus colaboradores, e os compromissos assumidos acima têm o objetivo de assegurar que práticas inclusivas façam parte do cotidiano da Companhia, desde a contratação de novos colaboradores e durante seu desenvolvimento profissional.

Relatório da Administração – DFP 2024
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Participação da Concessionária no Programa Pró-Equidade do Governo Federal e reprodução do Termo de Compromisso celebrado.



Reprodução de uma peça das campanhas de endomarketing da Concessionária.

8.1.8. Pare Pela Vida

Em 2024, a Nova Rota do Oeste, em mais uma parceria com a PRF, fortaleceu seu compromisso com a segurança viária por meio do programa “Pare Pela Vida”. A iniciativa tem como objetivo reduzir acidentes na BR-163/364, promovendo fiscalizações e orientações voltadas à manutenção preventiva de veículos, especialmente dos sistemas de freios, um dos principais fatores de risco em trechos de serra.

Com foco na conscientização dos motoristas, a ação já demonstrou um impacto significativo, resultando em uma redução de 46% no número de acidentes na Serra de São Vicente, um dos principais trechos com alto índice de sinistralidade.

Durante as operações do programa, mais de 3 mil veículos foram inspecionados, e constatou-se que cerca de metade apresentavam algum problema no sistema de frenagem. Ao longo de 2024, foram realizadas 105 edições, impactando mais de 6 mil caminhoneiros. Esses resultados reforçam a importância da iniciativa para garantir viagens mais seguras e prevenir ocorrências graves.

O sucesso do Pare pela Vida fez com que o programa fosse apresentado nacionalmente no 2º Workshop Vias Seguras, organizado pela ANTT, destacando-o como uma referência em segurança viária. A Nova Rota do Oeste participou presencialmente do evento, levando um estande interativo e apresentou a “Van da Segurança”, um veículo itinerante desenvolvido para levar informações e suporte técnico aos motoristas e equipes operacionais da Concessionária.

Abaixo segue um relatório fotográfico de uma operação do Pare Pela Vida, e da participação da Companhia no 2º Workshop Vias Seguras da ANTT.

Relatório da Administração – DFP 2024
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Operação do programa “Pare Pela Vida”.



Participação da Concessionária no 2º Workshop Vias Seguras da ANTT.



Participação da Concessionária no 2º Workshop Vias Seguras da ANTT.



Participação da Concessionária no 2º Workshop Vias Seguras da ANTT.

8.1.9. Festival Estudantil Temático de Trânsito (“Fetran”)

Em 2024, a Nova Rota participou como parceira da PRF na realização do Fetran, um festival que visa promover a educação para o trânsito por meio das artes cênicas. O objetivo da iniciativa é proporcionar conhecimento das normas e leis de trânsito ao público estudantil das escolas de Mato Grosso, incentivando um comportamento proativo para reduzir o índice de acidentes nas vias.

O programa se enquadra como evento de Educação para o Trânsito, alinhando-se às diretrizes da ANTT e do Contrato de Concessão da rodovia, com foco na promoção da cidadania e no fortalecimento da democracia.

Durante os espetáculos, mais de 1.000 alunos participaram diretamente, enquanto a plateia foi estimada em 15 mil pessoas, todas impactadas pelas mensagens de educação no trânsito para a preservação de vidas. Abaixo segue um breve relatório fotográfico com cenas do Fetran 2024.





8.1.10. Programas de Gerenciamento de Riscos (PGR) e Plano de Ação de Emergência (PAE)

O Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e o Plano de Ação Emergencial (PAE) têm como principal objetivo estruturar ações para respostas rápidas em emergências, minimizando impactos ao meio ambiente, protegendo o patrimônio e garantindo a integridade física de todos os envolvidos, incluindo a comunidade.

Em 2024, a Concessionária realizou diversas ações em parceria com empresas para reforçar a conscientização e aprimorar a capacidade de resposta a emergências. As principais ocorrências simuladas estão detalhadas abaixo, assim como os respectivos relatórios fotográficos:

- ✚ **Consórcio Rota do Sul – BR 163 – km 48 (Usina de Asfalto):** Durante o abastecimento de uma pá carregadeira, o colaborador responsável simula as ações de emergência a serem tomadas no cenário em que o bico de abastecimento saia da boca do tanque de combustível, resultando no derramamento de óleo diesel sobre o solo. A equipe respondeu conforme os procedimentos estabelecidos no MO-S&Q-02 Manual de Atendimento a Emergências (MAE) da Concessionária. Como o derramamento foi de pequena proporção, foi utilizado o kit de mitigação disponível na usina de asfalto;
- ✚ **Pedrisa – Município de Sorriso:** Simulação de derramamento de produtos químicos na rodovia. Identificou-se uma falha na comunicação entre o motorista e a liderança imediata, o que atrasou a notificação do incidente. Foi necessário que um colega fornecesse o contato do técnico responsável para que a situação fosse resolvida. O técnico orientou corretamente a equipe na contenção do derramamento. Diante desse cenário, recomendou-se um treinamento para a equipe operacional, reforçando os contatos de emergência e os procedimentos adequados para mitigação de danos ambientais;
- ✚ **Neovia – Município de São Pedro da Cipa:** Derramamento de produtos químicos na rodovia. A equipe envolvida seguiu corretamente as orientações adquiridas em treinamentos, realizando o atendimento de forma segura e eficiente. A rápida resposta demonstrou que os integrantes estão preparados para lidar com situações emergenciais que fogem à rotina de suas atividades.

Relatório da Administração – DFP 2024

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Simulado do Consórcio Rota Sul
(Foto 1 de 3).



Simulado do Consórcio Rota Sul
(Foto 2 de 3).



Simulado do Consórcio Rota Sul
(Foto 3 de 3).



Simulado da Pedrisa, em Sorriso-
MT (Foto 1 de 3).



Simulado da Pedrisa, em Sorriso-
MT (Foto 2 de 3).



Simulado da Pedrisa, em Sorriso-
MT (Foto 3 de 3).



Simulado da Neovia, em São
Pedro da Cipa-MT (Foto 1 de 3).



Simulado da Neovia, em São
Pedro da Cipa-MT (Foto 2 de 3).



Simulado da Neovia, em São
Pedro da Cipa-MT (Foto 3 de 3).

8.1.11. Palestras sobre Direção Defensiva, Segurança viária e Educação no Trânsito com empresas parceiras

Como parte do compromisso da Nova Rota do Oeste com a segurança viária e a conscientização dos Usuários da Concessão, foi desenvolvido um programa abrangente de palestras sobre direção defensiva, segurança viária e educação no trânsito. Essas palestras são uma extensão dos esforços

Relatório da Administração – DFP 2024

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



da Companhia para promover práticas seguras de direção e reduzir o número de acidentes em nossas estradas.

Adicionalmente, em parceria com transportadoras, autoescolas e unidades de produção agropecuária locais, a Nova Rota do Oeste realiza palestras eventuais e durante as Semanas Internas de Prevenção de Acidentes do Trabalho (“SIPATs”), eventos voltados à conscientização sobre segurança e prevenção de acidentes no ambiente de trabalho.

Nessas palestras, são abordados temas como direção defensiva, uso correto de equipamentos de segurança e a importância da atenção e responsabilidade ao volante. O objetivo é não apenas educar os funcionários das empresas, mas também promover uma cultura de segurança que se estenda para além do ambiente de trabalho, alcançando as estradas, especialmente a BR-163.

Em 2024, foram realizadas 32 ações, impactando mais de 1.800 participantes. As ações tiveram o apoio de diversos parceiros, dentre eles: a PRF, a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso (“SESP-MT”), a Secretaria de Saúde do Estado de Mato Grosso (“SES-MT”), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (“SENAI”), empresas transportadoras, escolas, subcontratadas da Nova Rota, além de outras empresas privadas.

Abaixo segue um breve relatório fotográfico de algumas das ações realizadas em 2024.



Relatório da Administração – DFP 2024

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



8.1.12. Relatório de Sustentabilidade ou Relatório ESG

O Relatório de Sustentabilidade ou Relatório *Environmental, Social, Governance* (“ESG”) da Nova Rota do Oeste foi desenvolvido com base nas diretrizes da *Global Reporting Initiative* (“GRI”), organização internacional independente que é uma referência global na elaboração de relatórios de sustentabilidade.

Com base nas diretrizes da GRI, a Concessionária buscou que seu Relatório fosse realizado com as melhores práticas de transparência, comparabilidade e alinhamento de relatórios de sustentabilidade.

O processo de elaboração do Relatório utilizou dados da Concessionária do exercício social de 2023 e seguiu as seguintes etapas:

I. Definição da Materialidade

Para garantir que o relatório refletisse as questões mais relevantes para a Nova Rota do Oeste e seus *stakeholders*, foi realizada uma análise de materialidade, considerando:

- ✦ Consultas a partes interessadas (colaboradores, usuários da rodovia, acionistas, órgãos reguladores e comunidade);
- ✦ Avaliação dos impactos ambientais, sociais e de governança específicos da operação da concessionária;
- ✦ Alinhamento com normas e regulamentações do setor de infraestrutura rodoviária e transportes.

A partir dessa análise, foram definidos os seguintes temas materiais, agrupados em três dimensões: Ambiental, Social, e Governança Corporativa.

II. Coleta e Consolidação de Dados

Com os temas materiais estabelecidos, foi realizado um levantamento de informações internas, integrando diferentes áreas da empresa, para garantir uma visão holística da atuação ESG da Nova Rota do Oeste.

Os principais dados e indicadores foram extraídos de fontes internas da Concessionária, como relatórios de desempenho operacional e financeiro, registros de saúde, segurança e meio ambiente, pesquisas de satisfação dos usuários, planos e iniciativas estratégicas da empresa.

Relatório da Administração – DFP 2024
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



III. Estruturação e Redação do Relatório

A redação do relatório seguiu como base os indicadores GRI, possibilitando uma comunicação clara e padronizada. Os conteúdos foram organizados nas seguintes seções:

- a) Dimensão Ambiental: Preservação do Meio Ambiente, Gestão de Resíduos, Gestão da Água;
- b) Dimensão Social: Desenvolvimento dos Colaboradores, Segurança Viária, Saúde e Segurança do Trabalho, Satisfação do Usuário;
- c) Dimensão Governança: Boas Práticas Corporativas, Performance Operacional, Infraestrutura, Tecnologia e Inovação, Relação com Governos e Órgãos Reguladores, Gestão da Cadeia de Suprimentos.

IV. Revisão e Validação

Após a estruturação do documento, o relatório passou pela revisão técnica dos departamentos responsáveis da Concessionária, garantindo a precisão dos dados apresentados.

Uma vez revisado pelas áreas técnicas da Companhia, o relatório passou pelo crivo da alta administração, assegurando alinhamento com os compromissos estratégicos da empresa, sendo aprovado para publicação e divulgação.

V. Publicação e Divulgação

O Relatório ESG foi disponibilizado no portal da Nova Rota do Oeste¹ e distribuído a *stakeholders* estratégicos, reforçando o compromisso com a transparência e a sustentabilidade.

9. Relacionamento com os Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 162/2022, as informações financeiras da Nova Rota foram auditadas pela BDO RCS Auditores Independentes. Durante o período auditado a mesma não prestou outros serviços que não os relacionados com a auditoria externa.

As informações financeiras da Companhia estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações de caráter operacional deste relatório, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

A Companhia adota práticas de mercado para a contratação de serviços de auditoria externa, assegura que não haja conflito de interesses ou perda de independência dos auditores.

10. Agradecimentos

A administração da Nova Rota registra seu agradecimento aos seus integrantes, ao seu novo controlador, aos usuários da rodovia, ao Governo Federal, através da ANTT, ao Governo do Estado de Mato Grosso e a Polícia Rodoviária Federal que em conjunto se empenham para possibilitar a realização deste empreendimento.

¹ [Relatório ESG 2023, elaboração pela Concessionária Rota do Oeste S.A.](#)

Relatório da Administração – DFP 2024
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

**Conselho de Administração**

José Aparecido dos Santos	Presidente do Conselho
Rogério Luiz Gallo	Membro Titular
Marcelo de Oliveira e Silva	Membro Titular
Guilherme Rehder Quintella	Membro Titular
Luiz Carlos Moreira Lima	Membro Titular

Diretoria Executiva

Luciano Uchoa Carneiro da Cunha	Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Wilson Ferreira Medeiros	Diretor sem designação específica

Contador responsável

Gerente de Controladoria	Ademir Carbonez CRC 1SP168398/O-7 SP
--------------------------	---

A ADMINISTRAÇÃO

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Rota do Oeste S.A. (“Companhia” ou “Nova Rota”), com sede em Cuiabá, Mato Grosso, é uma sociedade anônima de propósito específico e capital aberto. Foi constituída em 27 de dezembro de 2013 e iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015. É responsável pela exploração do sistema rodoviário composto por 850,9 km de concessão da BR-163/MT, com prazo de concessão de 30 (trinta) anos, abrangendo 19 (dezenove) municípios no estado do Mato Grosso.

O Contrato de Concessão firmado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT” ou “Poder Concedente”), tem como objeto a Concessão para exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário. A Concessão é remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio, dentre outros.

A Concessão da BR-163/MT se destaca como componente logístico na produção agrícola da região e, portanto, são previstos investimentos em duplicação e demais melhorias, visando a fluidez na trafegabilidade da rodovia, a segurança e o conforto dos usuários.

Em 05 de janeiro de 2016, a Companhia pediu registro para categoria “B” à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o qual permite a emissão de qualquer valor mobiliário, exceto ações, não havendo pedido de oferta pública de distribuição concomitante. O registro foi deferido em 07 de junho de 2016.

O pedido de registro de Companhia Aberta foi motivado em razão da intenção da Companhia ampliar sua imagem institucional perante os seus credores, fornecedores, acionistas, funcionários, poder concedente e o mercado em geral, acessar e se consolidar no mercado de capitais brasileiras.

Em 02 de maio de 2023, a Companhia passou a ser controlada diretamente pela MT Participações e Projetos S/A (“MTPAR”), que adquiriu 100% das ações do capital social.

1.1. Retomada dos investimentos contratuais

A Companhia era controlada pela OTP Rodovias S.A até 02 de maio de 2023, quando, em atendimento as condicionantes do Termo de Ajustamento de Conduta – “TAC Plano de Ação” celebrado entre a Concessionária e a ANTT, concluiu a transferência do controle acionário para MT Participações e Projetos S.A (“MTPAR”), sociedade de economia mista vinculada ao Governo do Estado do Mato Grosso e motivado pelo interesse público que permeia a principal rodovia em seu território, (i) concluiu os aportes dos valores para a retomada imediata dos investimentos em obras na rodovia, (ii) promoveu a reestruturação econômico-financeira da Companhia por meio da integralização no capital social da concessionária dos mútuos em aberto com o acionista anterior, e por fim, (iii) reprogramou as metas das obras de duplicação e melhorias em até 08 anos, a partir da eficácia do TAC.

O investimento total a ser realizado abarca 336 km de duplicação, 34 OAEs (pontes, trevos, viadutos entre outros), passarelas e recuperação estrutural de 100% das pistas existentes entre

Notas Explicativas **Concessionária Rota do Oeste S.A.**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a divisa de Mato Grosso do Sul ao município de Sinop/MT, além da aquisição de infraestrutura tecnológica de segurança viária, tais quais: 450 unidades de câmeras de circuito fechado de TV, 850km de fibra óptica, sistema de sensoriamento de pista e postos de pesagem veicular distribuídos ao longo da Concessão.

A Companhia, sob administração da MT Participações e Projetos S/A (“MTPAR”), envidou seus melhores esforços para a retomada imediata dos investimentos na Rodovia BR-163/MT, como as obras adequação de parâmetros nos trechos norte (km 507+000 ao km 855+000) e centro (km 321+300 ao km 453+600), intensificação dos serviços de manutenção do sistema rodoviário, e em 14 de julho de 2023 deu início das obras de duplicação entre os segmentos de Posto Gil a Nova Mutum (km 507+100 ao km 592+900).

Com vistas a promover a reprogramação do Cronograma de Execução do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC Plano de Ação, mediante a alteração do Anexo B, cujas metas serão utilizadas para fins de acompanhamento e fiscalização pela ANTT, na forma da Cláusula Quinta, em 07 de março de 2024, foi celebrado entre a Nova Rota e a ANTT, o 1º Termo aditivo ao TAC Plano de Ação. A ANTT se manifestou favorável à reprogramação pretendida pela Companhia, pois as motivações expostas demonstraram ser conveniente, oportuna, vantajosa e de interesse público.

Conforme as metas estabelecidas no Anexo B e em atendimento ao 1º Ano do TAC, referente ao período de 04/05/2023 a 03/05/2024, foram entregues à ANTT e liberados ao usuário (i) 03 novas bases SAUs; (ii) 14,8 km de Duplicação; (iii) 50 km de fibra óptica; (iv) 35 novas câmeras de monitoramento – CFTV; e por fim (v) 01 passarela de pedestres, comprovados por meio de relatórios fotográficos e atendimento aos parâmetros, conforme previsto na cláusula 10.3 do Contrato de Concessão.

Importante ressaltar que a Concessionária superou a meta de duplicação estabelecida no 1º ano do TAC (meta 8 km), e reforça o compromisso quanto ao cumprimento dos prazos e eficiência na gestão das obras de duplicação.

Em atendimento à cláusula 4.4 do TAC, foi celebrado entre a ANTT e a NOVA ROTA em 03 de maio de 2024, o Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para inclusão da Metodologia de Compartilhamento de Demanda – Risco Ferrovia (Anexo 11) e alteração das cláusulas contratuais pertinentes à ampliação do prazo da Concessão e estabelecimento da alocação de riscos relativos a eventuais impactos decorrentes da operação de novas ferrovias concorrentes com a BR-163/MT.

Em 30 de setembro de 2024 foi celebrado o Nono Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para alteração de escopo do item 3.4.43 – Combate a incêndios e apreensão de animais na faixa de domínio e do modelo de veículo previsto no Apêndice F do PER.

Em 07 de outubro de 2024, foi celebrado o Décimo Termo Aditivo que tem por objetivo padronizar as datas de reajuste da tarifa de pedágio, com a definição do prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão.

Em vistas ao atendimento da Cláusula Segunda, item vi. do TAC, que define a assunção dos segmentos sob responsabilidade do DNIT, em 11 de outubro de 2024, foi celebrado o 2º Termo de Arrolamento e Transferência de Bens entre a ANTT, DNIT e Concessionária, com a assunção

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

do trecho Serra da Caixa Furada, compreendido entre o km 470+200 ao km 516+000 da BR-163/MT, com 45,8 km de extensão.

Em 04 de dezembro de 2024, foi celebrado o Décimo Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão que tem por objetivo padronizar a metodologia de aplicação do Fator D e A, conforme proposto pela ANTT.

Em 12 de dezembro de 2024, foi celebrado o Décimo Segundo Termo Aditivo com a alteração de localização das Passarelas ID-01, ID-02, ID-04, ID-08 referente ao item 3.2.1.2 do PER.

1.2. Passivo Regulatório – Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)

A Companhia possuía autos de infração lavrados pela ANTT nos quais a Agência alegava o descumprimento de determinadas obrigações previstas no contrato de concessão firmado e no Programa de Exploração da Rodovia (PER), pela suspensão das obras de infraestrutura e da duplicação, decorrentes da não liberação do financiamento de longo prazo. Atualmente, em razão da eficácia do TAC, o passivo regulatório da Nova Rota está suspenso e será extinto quando do cumprimento integral das obrigações previstas no ajuste, conforme cláusula terceira do referido instrumento.

Em decorrência da celebração do TAC, a Nova Rota renunciou às pretensões formuladas na arbitragem, e em 12 de junho de 2023, tornou-se pública pela Câmara de Comércio Internacional (“CCI”) - *International Court of Arbitration*, a Sentença Arbitral Homologatória, extinguindo, com resolução de mérito, o Procedimento Arbitral nº CCI 23960/GSS/PFF.

Em relação aos processos administrativos em trâmite no TCU, conforme regrado na Cláusula 3.1 “vi” do TAC, em 31 de maio de 2023, os Ministros da Corte acordaram em autorizar a ANTT a suspender os efeitos tarifários decorrentes das determinações proferidas no âmbito dos processos TC nº 032.830/2016-5 (Acórdão nº 1100/2023) e nº 023.217/2015-4 (Acórdão nº 1111/2023) e extinguir os efeitos tarifários das determinações supracitadas no caso de cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta.

1.3. Governança e Compliance

A Companhia mantém o padrão de conformidade que abrange todos os pilares de um eficaz programa de conformidade, além do compromisso de constante reavaliação das ferramentas e controles, de modo a identificar falhas e promover a melhoria contínua dos procedimentos internos.

2. Resumo das políticas contábeis materiais

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela CVM.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 21 de março de 2025.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real.

2.3. Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são mantidas até o vencimento e encontram-se registradas ao valor justo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, limitados ao seu valor de realização.

c) Instrumentos financeiros

O CPC 48 (IFRS 9) estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros.

(i) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros e passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação deve ser baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir:

(a) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais;

(b) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os passivos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado, exceto por:

(a) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (b) passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem em envolvimento contínuo for aplicável, (c) contrato de garantia financeira, (d) compromissos de conceder empréstimos com taxas de juros abaixo do mercado e (e) a contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios a qual deve ser aplicado o CPC 15.

(ii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

(iii) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iv) *Impairment* de ativos financeiros

Redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio do resultado, não contemplando investimentos em instrumentos patrimoniais.

(v) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não se utilizou de instrumentos financeiros derivativos e não realizou operações de *hedge*.

d) Contas a receber

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias.

e) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

f) Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

g) Contrato de concessão

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 – “Contratos de Concessão”, é registrada como ativo intangível na medida em que a Concessionária tem acesso para construir e ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome da concedente, nas condições previstas no contrato.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de infraestrutura e de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a próxima a zero.

No contrato de concessão no qual a Companhia é parte, o poder concedente não prevê um pagamento monetário pelos serviços de construção e melhorias executados pela concessionária, mas em troca ele concede à entidade um ativo intangível, que é o direito de cobrar os usuários pelos serviços públicos oferecidos.

A Administração avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. Os investimentos que geram potencial

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de receita adicional são reconhecidos somente quando incorridos os custos de prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

A Companhia reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método da curva de tráfego.

h) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido de depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos valores residuais durante a vida útil estimada.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável a geração de benefícios econômicos futuros associados aos investimentos e que possam ser mensurados com segurança. Todos os aspectos do reparo e manutenção são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

i) Intangível

(i) Infraestrutura

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito aos pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

(ii) Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 14.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

j) Arrendamento mercantil operacional

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém, um arrendamento se o contrato transmitir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de uma contraprestação. Para avaliar se um contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no IFRS 16 (CPC 06). Esta política é aplicada aos contratos firmados em ou após 1º de janeiro de 2019.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato para cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo, que compreende o valor inicial do passivo de arrendamento mercantil ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados antes da data de início.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento.

O passivo de arrendamento mercantil é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos que não são pagos na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa de empréstimo incremental como taxa de desconto.

O passivo de arrendamento mercantil é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma mudança no fluxo de pagamentos futuros de arrendamento mercantil decorrentes de uma mudança em um índice ou taxa, se houver uma alteração na estimativa da Companhia do valor que se espera pagar sob uma garantia de valor residual, se a Companhia mudar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento revisado de arrendamento fixo em substância.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido para zero.

k) Provisão para conserva especial

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato de concessão, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos ao valor presente, levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

l) Provisão para contingências

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais e administrativos regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais, conforme demonstrado na nota explicativa nº 21.

m) Ajuste a Valor Presente (AVP)

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

n) Fornecedores

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor presente e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

o) Empréstimos e financiamentos

Os recursos financeiros tomados através de empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), com base na taxa efetiva.

p) Demais passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

q) Reconhecimento de receita

(i) Receita de serviço

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e correspondem ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(ii) Receita de construção ICPC 01 (R1)

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) - "Contratos de concessão".

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. A receita é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão.

Em conformidade com a ICPC 01 (R1), quando a Concessionária presta serviços de construção e melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incertezas significativas na sua realização.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contabilização de contratos de concessão de acordo com a ICPC 01 (R1), a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão.

A Administração entende, baseada em cálculos suporte, que os custos de supervisão das obras, gerenciamento dos subcontratos e risco do negócio, são imateriais para fins de mensuração. Sendo a margem de construção apurada próxima a zero.

Receita de construção		Custo de construção		Margem de lucro	
2024	2023	2024	2023	2024	2023
1.196.770	453.854	(1.196.770)	(453.854)	-	-

(iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia somente apresenta receita de caráter financeiro, referente, basicamente, ao rendimento de aplicação financeira.

r) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

A Companhia mantém convênio de adesão com a Vexty Previdência, entidade fechada de previdência privada. A Vexty Previdência proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da Vexty Previdência estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar.

Por se tratar de um plano de contribuição definido, cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou como não aplicável ao plano Vexty Previdência o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 – “Benefícios a empregados”.

s) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação de empregados no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada. A participação no resultado tem como base os resultados alcançados pela Companhia e avaliação do desempenho

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

individual do integrante, em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa.

t) Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Conforme Laudo Constitutivo nº 202/2018 e Ato Declaratório nº 327, a Companhia foi habilitada a operar de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027 no regime de redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, por se tratar de implantação de empreendimento a área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

u) Capitalização dos custos de debêntures

Os custos de debêntures serão capitalizados durante a fase de construção, na medida que os recursos forem destinados para as obras de duplicação da rodovia.

2.4. Lucro (prejuízo) por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro (prejuízo) por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.5. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47;
- b) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante;
- c) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 – esclarece que apenas *covenants* a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório;
- d) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) – esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade.

2.6. Novas normas, revisões e interpretações ainda não efetivas

Para as seguintes normas ou alterações a Companhia ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras. A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;
- b) A Resolução CVM 211 torna obrigatório para as companhias abertas o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, emitido pelo CPC, conforme Anexo "A" da Resolução - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;
- c) A Resolução CVM 212 torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, emitida pelo CPC - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;
- d) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

f) Em 20 de outubro de 2023 a CVM dispõe sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão internacional emitido pelo International Sustainability Standards Board - ISSB. A nova Norma de Sustentabilidade ISSB (IFRS S1 e S2) será efetiva para o exercício iniciado após 1º de janeiro de 2024.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações contábeis da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivo de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis para o reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outros similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

a) Perda (*impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento de perda que tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram identificadas pela Administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* para os ativos financeiros.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e quando não for mais provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

c) Reconhecimento de receita de construção

Na apuração do valor justo da receita de infraestrutura a Companhia utilizou o custo total incorrido como base, conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), desta forma, a receita de construção é equivalente ao custo de construção, motivo pelo qual a Companhia adotou a margem de construção igual a 0 (zero).

d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão através da projeção de curva de demanda, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A Administração reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

3.1. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

4. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores, e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de sua contraparte em aplicações financeiras e contas a receber.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Nota	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Saldos em 31 de dezembro de 2024							
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores	16	70.673	70.673	61.170	9.370	133	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	1.556.432	1.554.834	1.598	-	-	1.554.834
Total		1.627.105	1.625.507	62.768	9.370	133	1.554.834
Saldos em 31 de dezembro de 2023							
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores	16	65.164	65.164	48.843	16.321	-	-
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	17	1.008.727	1.008.727	-	-	-	1.008.727
Total		1.073.891	1.073.891	64.277	887	-	1.008.727

- Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores são conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos, fornecedores e outros passivos.
- As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da Administração.
- A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Exposição a riscos de taxas de juros e índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de variação de taxas de juros, e ao índice de inflação, o que pode causar um aumento em sua despesa financeira com o provisionamento de juros futuros.

A Concessionária celebrou no quarto trimestre de 2024 os Instrumentos de reestruturação do endividamento existente e do Financiamento de Longo Prazo, conforme detalhado na nota explicativa nº 17. Além de determinar as principais condições jurídicas e operacionais dos passivos financeiros da Companhia, os contratos determinam também a remuneração financeira dos saldos devedores.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros de longo prazo da Companhia podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação dos indexadores de correção, quais sejam, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo e a Taxa Referencial, principais exposições de risco de mercado da Companhia.

Em atendimento ao Resolução CVM nº 121/2022, o CPC 40 – Instrumentos Financeiros, e a Revisão nº 02/2012 do Manual de Contabilidade da ANTT, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Abaixo estão detalhados os indexadores e seus cenários de sensibilidade.

Indicador (taxas ao ano)	Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
Sensibilidade (média 2025-30)	Base	+10%	+20%
IPCA	4,12%	4,53%	4,95%
TR	2,65%	2,91%	3,18%

Para os dois cenários adversos dos indexadores de mercado, foram consideradas uma alta de 10% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 20% como cenário adverso extremo (cenário III).

Na tabela a seguir estão detalhadas as variações nas despesas financeiras resultantes das variações nos indexadores dos contratos de financiamento dos cenários acima.

Instrumentos	Vencimento	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
			Provável	Adverso Possível	Adverso Extremo
1ª Emissão Debêntures	jan/44	Alta da TR	44.872	49.189	53.503
2ª Emissão Debêntures	dez/43	Alta do IPCA	34.854	38.269	41.701

As operações dos instrumentos de financiamento de longo prazo são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela Diretoria e deliberadas pelo Acionista.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia, tendo sido estruturada com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente as premissas utilizadas e estimativas nos cálculos de gestão do risco de liquidez, no entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à natureza projetiva da análise e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos durante o período findo em 31 de dezembro de 2024.

e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida, visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições graduadas em agências de *rating* de crédito como empresas de excelente crédito.

5. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil operacional, de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento podem ser assim sumarizados:

	Nota	2024	2023
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	1.556.432	1.008.727
Arrendamento mercantil operacional	18	11.354	9.976
Caixa e equivalentes de caixa	8	(841.824)	(582.394)
Dívida líquida		725.962	436.309
Total do patrimônio líquido	23	2.715.197	1.861.174
Total do capital próprio e de terceiros		3.441.159	2.297.483
Índice de alavancagem financeira - %		21%	19%

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Instrumentos financeiros por categoria

	Nota	Ativos e passivos mensurados ao custo amortizado	
		2024	2023
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	841.824	582.394
Contas a receber	9	35.257	41.720
		877.081	624.114
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Passivo circulante			
Fornecedores	16	61.170	48.843
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	1.598	-
Arrendamento mercantil operacional	18	6.571	6.630
Outros passivos	20	3.708	2.156
		73.047	57.629
Passivo não circulante			
Fornecedores	16	9.503	16.321
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	1.554.834	1.008.727
Arrendamento mercantil operacional	18	4.783	3.346
Outros passivos	20	456	1.687
		1.569.576	1.030.081
		1.642.623	1.087.710

7. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou as informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	2024	2023
Contas a receber		
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Pedágios	34.291	40.863
Receitas acessórias	966	857
Total de contas a receber	35.257	41.720
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
Contrapartes com classificação externa de crédito		
Instituição financeira	824.867	502.484
Total de aplicações financeiras	824.867	502.484
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral	4	4
Numerários em trânsito	861	1.319
Fundo de troco	506	571
Bancos conta movimento	668	63.434
Aplicações financeiras	14.918	14.582
Total de caixa e equivalentes de caixa	16.957	79.910
Total de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	841.824	582.394

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa geral	4	4
Numerários em trânsito	861	1.319
Fundo de troco	506	571
Bancos conta movimento	668	63.434
Aplicações financeiras (i) (ii)	839.785	517.066
	<u>841.824</u>	<u>582.394</u>

(i) As aplicações financeiras são de baixo risco e tem liquidez imediata, remuneradas à taxa de mercado com base na variação percentual dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI). O percentual de remuneração para as aplicações financeiras mantidas em 31 de dezembro de 2024 varia de 95% a 104,5% do CDI.

(ii) A Companhia mantém recursos de aplicação financeira no curto prazo para cumprir o cronograma de obras de infraestrutura.

9. Contas a receber

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<i>Automatic Vehicle Identification</i> ("AVI")	32.648	38.394
Receitas acessórias	966	857
Vale pedágio	1.643	2.469
	<u>35.257</u>	<u>41.720</u>

As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 31 de dezembro de 2024, a Administração, com base em sua avaliação de risco de crédito entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas. Considerando que o contas a receber é referente a cobrança de pedágio, com pagamento aprovado na origem e com prazos de recebimentos já definidos.

10. Despesas antecipadas

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Seguros a apropriar (i)	14.784	16.257
Vale alimentação	1.002	924
Despesas com debêntures	-	475
	<u>15.786</u>	<u>17.656</u>
Ativo circulante	8.176	7.183
Ativo não circulante	7.610	10.473

(i) Com a eficácia do TAC e a retomada das obras, foi realizada a contratação de seguro garantia de concessões públicas com vigência de 05 anos (nota explicativa nº 32).

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Honorários da diretoria e Conselho de Administração

A remuneração paga aos administradores estatutários e ao Conselho de Administração da Companhia, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, totalizaram:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Salários	3.327	3.890
Encargos	492	455
Previdência complementar	70	30
Outros	<u>82</u>	<u>73</u>
	<u>3.971</u>	<u>4.448</u>

12. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	<u>2023</u>	<u>Resultado</u>	<u>2024</u>
Ativo fiscal diferido			
Direito de uso	12.946	2.716	15.662
Impairment ativo intangível	4.085	(4.085)	-
Provisão para Manutenção Especial - ICPC01	<u>34.517</u>	<u>(28.737)</u>	<u>5.780</u>
	<u>51.548</u>	<u>(30.106)</u>	<u>21.442</u>
Passivo fiscal diferido			
Arrendamento mercantil operacional	(13.401)	(2.944)	(16.345)
Juros, IOF, custos de transação capitalizados e AVP	(34.577)	1.129	(33.448)
Participação nos lucros e resultados - PLR	3.112	245	3.357
Provisão para contingências	<u>1.315</u>	<u>1.203</u>	<u>2.518</u>
	<u>(43.551)</u>	<u>(367)</u>	<u>(43.918)</u>
Total	<u>7.997</u>	<u>(30.473)</u>	<u>(22.476)</u>

Como base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas no lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização desses créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A expectativa da Administração da Companhia quanto à realização das diferenças temporárias, a ser amortizado para fins tributários, está prevista para ocorrer da seguinte forma:

	<u>2024</u>
2025	3.466
2026	4.056
2027 em diante	<u>14.954</u>
	<u>22.476</u>

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado

a) Composição

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				2024	2023
Computadores e periféricos	5	7.466	(3.314)	4.152	1.070
Equipamentos e instalações	10	3.577	(963)	2.614	365
Móveis e utensílios	5 a 10	1.088	(643)	445	234
Veículos	20	2.526	(1.814)	712	900
		14.657	(6.734)	7.923	2.569

b) Movimentação

	Computadores e periféricos	Equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Custo	3.860	1.152	814	3.049	8.875
Depreciação acumulada	(2.790)	(787)	(580)	(2.149)	(6.306)
31 de dezembro de 2023	1.070	365	234	900	2.569
Adições	3.606	2.425	274	60	6.365
Baixas	-	-	-	(33)	(33)
Depreciação	(524)	(176)	(63)	(215)	(978)
Saldo contábil	4.152	2.614	445	712	7.923
Custo	7.466	3.577	1.088	2.526	14.657
Depreciação acumulada	(3.314)	(963)	(643)	(1.814)	(6.734)
31 de dezembro de 2024	4.152	2.614	445	712	7.923

Taxas anuais de depreciação (%) 5 10 5 a 10 20

A depreciação do imobilizado está alocada na demonstração do resultado dos períodos (notas explicativas nº 25 e 26).

14. Intangível

a) Infraestrutura

	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Software	Direito de uso de arrendamento	Redução ao valor recuperável	Total
Custo	1.556.762	114.134	979.772	5.220	62.558	-	2.718.446
Amortização	(178.722)	(28.090)	(135.814)	(3.022)	(52.980)	-	(398.628)
Redução ao valor recuperável (i)	-	-	-	-	-	(12.014)	(12.014)
31 de dezembro de 2023	1.378.040	86.044	843.958	2.198	9.578	(12.014)	2.307.804
Adições	218.460	77.499	238.360	197	9.589	-	544.105
Amortização	(48.553)	(8.264)	(30.584)	(875)	(8.006)	-	(96.282)
Baixas	(7.119)	(5.187)	-	-	-	12.014	(292)
Transferência	(1.210)	-	98.789	-	-	-	97.579
Saldo contábil	1.539.618	150.092	1.150.523	1.520	11.161	-	2.852.914
Custo	1.766.281	183.189	1.316.922	5.418	72.146	-	3.343.956
Amortização	(226.663)	(33.097)	(166.399)	(3.898)	(60.985)	-	(491.042)
31 de dezembro de 2024	1.539.618	150.092	1.150.523	1.520	11.161	-	2.852.914

Taxas anuais de amortização (%) 20

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Conceito

O intangível referente à infraestrutura são os custos dos investimentos da concessão, que ao final do contrato serão reversíveis ao poder concedente.

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

A amortização, dos itens de recuperação, operação e melhoramentos, é calculada com base na projeção da curva de demanda, considerando variáveis econômicas e potencial aumento no volume de tráfego, durante o período da concessão. Essa projeção é reconhecida no resultado e o acompanhamento entre o previsto e realizado é feito anualmente.

- **Recuperação**

A rubrica “Recuperação” consiste em gastos incorridos na recuperação da pista existente, na implantação de acessos, viadutos e pontes, na conservação especial dos canteiros, faixa de domínio e drenagens, além da construção das bases de atendimento aos usuários (SAU) e praças de pedágio.

- **Operação**

A rubrica “Operação” consiste basicamente em gastos incorridos na administração da Concessionária, na implantação dos sistemas de controle de tráfego, arrecadação de pedágio, atendimento ao usuário, sistema de telefonia e radiocomunicação e na aquisição de móveis e utensílios das bases SAU e das praças de pedágio.

- **Melhoramentos**

A rubrica “Melhoramentos” consiste basicamente em gastos incorridos duplicação da pista simples, da sinalização do sistema rodoviário, dos juros e encargos sobre infraestrutura e da construção dos retornos de nível.

- **Software**

A rubrica “Software” consiste em gastos incorridos na administração da Concessionária, na aquisição e implantação de sistemas operacionais e administrativos.

c) Redução ao valor recuperável

A Companhia realizou uma revisão e atualização dos seus ativos intangíveis que haviam sido anteriormente registrados como provisão de redução ao valor recuperável. A revisão resultou no reconhecimento da recuperação parcial de bens dos ativos intangíveis e a reversão do saldo provisionado.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Direito de uso sobre arrendamento

Os saldos de ativos de direito de uso correspondem a contratos de arrendamentos de máquinas, equipamentos e veículos de saúde (ambulâncias) para a operacionalização das obras, superiores a 12 meses, de valor substancial e uso exclusivo. Os contratos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido, considerando a taxa incremental de financiamento, correspondendo a 10,76 % a.a. As despesas correspondentes à amortização dos contratos, são alocadas nas rubricas “custo de serviços” e “gerais e administrativos” na demonstração do resultado do período, conforme notas explicativas 25 e 26.

A composição e movimentação de ativos de direito de uso de arrendamentos estão demonstradas a seguir:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
	9.578	10.191
Adições de novos contratos de direito de uso sobre arrendamento operacional	9.589	6.627
Amortização dos contratos de arrendamento operacional	(7.990)	(6.848)
Baixa dos contratos de arrendamento operacional	(16)	(392)
	<u>11.161</u>	<u>9.578</u>

15. Ativo de contrato

	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Obras em andamento	Softwares	Adiantamentos a fornecedores	Total
31 de dezembro de 2023	23.651	62	72.306	8.536	2.577	648	107.780
Adições (i)	9.912	-	652.539	-	729	2.662	665.842
Baixas	-	-	-	(8.225)	-	(3.285)	(11.510)
Transferência (ii)	1.210	-	(98.789)	-	-	-	(97.579)
31 de dezembro de 2024	34.773	62	626.056	311	3.306	25	664.533

(i) O aumento significativo de saldo está diretamente relacionado a retomada dos investimentos na Rodovia BR-163/MT com as obras de adequação de parâmetros, intensificação dos serviços de manutenção do sistema rodoviário e obras de duplicação.

(ii) O saldo está relacionado a obras de duplicação da Rodovia BR-163/MT que foram concluídas e transferidas de ativo de contrato para o ativo intangível.

O IFRS 15 (CPC 47) estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. Portanto, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de performance for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

A norma também determina que quando a Companhia concluir a performance por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, a entidade deve apresentar este direito como ativo de contrato. O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

do tempo como por exemplo o seu desempenho futuro.

16. Fornecedores

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fornecedores nacionais	11.093	24.656
Prestadores de serviços	59.580	40.508
	<u>70.673</u>	<u>65.164</u>
Passivo circulante	61.170	48.843
Passivo não circulante	9.503	16.321

17. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Moeda	Encargos financeiros	<u>2024</u>	<u>2023</u>
MTPAR FIDC NP (b) - partes relacionadas	R\$	Em negociação	-	1.008.727
1ª Emissão - Série Única (c)	R\$	TR + 0,00% a.a.	1.008.727	-
2ª Emissão - 1ª Série (d)	R\$	IPCA + 7,7178% a.a.	603.000	-
Custos de captação a amortizar (e)	R\$	-	(55.295)	-
			<u>1.556.432</u>	<u>1.008.727</u>
Passivo circulante			1.598	-
Passivo não circulante			1.554.834	1.008.727

a) Movimentação

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo inicial	1.008.727	953.074
Liquidação de empréstimos - partes relacionadas	(1.008.727)	-
Captção de debêntures - 1ª emissão	1.008.727	-
Captção de debêntures - 2ª emissão	600.000	-
Juros provisionados	3.000	57.631
Juros pagos	-	(1.978)
Custo de transação	(352)	(14.019)
Amortização do custo de transação	352	14.019
Custos de captação a amortizar	(55.295)	-
Saldo final	<u>1.556.432</u>	<u>1.008.727</u>

b) MTPAR FIDC NP

Em 02 de maio de 2023 a MTPAR FIDC NP assumiu como único credor da Nova Rota, quitando as obrigações da Companhia junto aos credores mediante Cessão dos Créditos e Direitos dos credores.

Ao longo dos exercícios de 2023 e 2024 a Nova Rota negociou as condições do instrumento de estruturação da dívida do MTPAR FIDC NP, celebrando em 18 de novembro de 2024 a Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Subordinada, cujo único debenturista é o MTPAR FIDC NP.

A Escritura da 1ª Emissão estabelece condições específicas aos seus debenturistas, dada a sua natureza subordinada aos instrumentos do Financiamento de Longo Prazo da

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Concessionária. Dentre elas, destacam-se, (i) cessão e alienação das debêntures somente mediante anuência do BNDES; (ii) possibilidade de conversão das debêntures em ações da Concessionária; (iii) a não previsão de hipóteses de vencimento antecipado; (iv) não há cronograma de pagamentos das debêntures, mas sim mecânicas de amortizações e resgates antecipados mediante cumprimento das condições de *completion* dos instrumentos de longo prazo.

A remuneração das debêntures da 1ª Emissão se dá pela variação das taxas médias diárias da Taxa Referencial acrescidos de *spread* de 0,00% a.a. (zero por cento), sem cronograma de amortizações, tendo seu vencimento no dia 31 de janeiro de 2044.

Esta Emissão não conta com garantias de quaisquer naturezas pela Concessionária.

c) 1ª Emissão de Debêntures

Em 02 de maio de 2023 a MTPAR FIDC NP assumiu como único credor da Nova Rota, quitando as obrigações da Companhia junto aos credores mediante Cessão dos Créditos e Direitos dos credores.

Ao longo dos exercícios de 2023 e 2024 a Nova Rota negociou as condições do instrumento de estruturação da dívida do MTPAR FIDC NP, celebrando em 18 de novembro de 2024 a Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Subordinada, cujo único debenturista é o MTPAR FIDC NP.

A Escritura da 1ª Emissão estabelece condições específicas aos seus debenturistas, dada a sua natureza subordinada aos instrumentos do Financiamento de Longo Prazo da Concessionária. Dentre elas, destacam-se, (i) cessão e alienação das debêntures somente mediante anuência do BNDES; (ii) possibilidade de conversão das debêntures em ações da Concessionária; (iii) a não previsão de hipóteses de vencimento antecipado; (iv) não há cronograma de pagamentos das debêntures, mas sim mecânicas de amortizações e resgates antecipados mediante cumprimento das condições de *completion* dos instrumentos de longo prazo.

A remuneração das debêntures da 1ª Emissão se dá pela variação das taxas médias diárias da Taxa Referencial acrescidos de *spread* de 0,00% a.a. (zero por cento), sem cronograma de amortizações e pagamentos de juros, tendo seu vencimento no dia 31 de janeiro de 2044.

Esta Emissão não conta com garantias de quaisquer naturezas pela Concessionária.

d) 2ª Emissão de Debêntures

A Concessionária celebrou em 22 de novembro de 2024 os Instrumentos do Financiamento de Longo Prazo, quais sejam, (i) a Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real ("2ª Emissão de Debêntures", individualmente um "Instrumento do Financiamento de Longo Prazo"); e (ii) celebrado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ("BNDES") o Contrato de Financiamento nº 24.2.0321.1 ("FINEM BNDES", individualmente um "Instrumento do Financiamento de Longo Prazo" e, em conjunto com a 2ª Emissão de

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Debêntures, os “Instrumentos do Financiamento de Longo Prazo”); (iii) contratos de garantias reais e contrato de suporte do acionista.

No total dos dois Instrumentos do Financiamento de Longo prazo, a Concessionária aprovou o montante de crédito de R\$ 5.350.000.000,00 (cinco bilhões, trezentos e cinquenta milhões de reais), sendo R\$ 4.875.000.000,00 (quatro bilhões, oitocentos e setenta e cinco milhões de reais) pela 2ª Emissão de Debêntures e R\$ 475.000.000,00 (quatrocentos e setenta e cinco milhões) pelo FINEM BNDES.

A 2ª Emissão de Debêntures da Nova Rota foi enquadrada pelo Ministério dos Transportes como projeto prioritário de infraestrutura no dia 24 de setembro de 2024, portanto contam com o incentivo fiscal previsto no artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada (“Lei 12.431”), no Decreto nº 11.964, de 26 de março de 2024, conforme alterada (“Decreto 11.964”), na Resolução do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) nº 5.034, de 21 de julho de 2022, conforme alterada (“Resolução CMN 5.034”), da Resolução CMN nº 4.751, de 26 de setembro de 2019, conforme alterada (“Resolução CMN 4.751”), ou de normas posteriores que as alterem, substituam ou complementem.

A totalidade dos recursos captados na 2ª Emissão de Debêntures será aplicada em (a) reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas aos investimentos na Concessão realizados a partir de 08 de maio de 2023 até 15 de novembro de 2024 (data de emissão das debêntures da 2ª Emissão; e (b) investimentos futuros relativos à exploração da Concessão até a data de conclusão das obras de ampliação de capacidade e melhorias.

A 2ª Emissão de Debêntures da Nova Rota está organizada em 09 (nove) séries, sendo que foram objeto de oferta pública sob regime misto de garantia firme para as debêntures da 1ª (Primeira) Série e de melhores esforços para as demais séries.

A 2ª Emissão não possui fiança ou garantia até o *completion* dos investimentos de recuperação e ampliação de capacidade e melhorias na BR-163/MT.

O início da oferta pública das debêntures ocorreu em 16 de dezembro de 2024, sendo devidamente informado ao mercado, e encerrado em 17 de dezembro com o procedimento de *bookbuilding* para determinação da remuneração da 1ª Série de debêntures da 2ª Emissão.

A remuneração da 1ª Série é de IPCA + 7,7178% a.a. (sete inteiros, sete mil cento e setenta e oito décimos de milésimos por cento), enquanto a remuneração da 2ª até a 9ª Série é de IPCA + 7,1750% a.a. (sete inteiros, mil setecentos e cinquenta décimos de milésimos por cento), a serem pagos em parcelas semestrais a partir de junho de 2025. Por fim, as debêntures da 2ª Emissão possuem cronograma de amortizações semestrais com início em junho de 2030.

Em 17 de dezembro de 2024 ocorreu a integralização da totalidade das debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão, sendo 600.000 (seiscentas mil) debêntures ao valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada uma, totalizando R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) disponibilizados para a Nova Rota.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demais séries da 2ª Emissão possuem condições de integralização que incluem, dentre outros eventos, aportes de capital pela Acionista atual, cumprimento de metas de avanço físico de obras, e comprovação do reequilíbrio de novos investimentos ao Contrato de Concessão.

A 2ª Emissão de Debêntures conta com Garantias Reais da Concessionária, quais sejam, (i) a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Concessão; e (ii) a Alienação Fiduciária das Ações da Concessionária. Ambas as garantias são compartilhadas entre o BNDES e os titulares das debêntures da 2ª Emissão.

e) Custos de captação a amortizar

O custo de emissão das debêntures, que compreende as despesas incorridas diretamente relacionadas com a captação, serão amortizados ao longo do prazo de vencimento das debêntures, utilizando-se, para tal, o método da taxa de juros efetiva, conforme as orientações do CPC 12.

A apropriação dos custos é feita mensalmente, para distribuir ao longo do tempo os gastos incorridos para a obtenção dos recursos, de modo a refletir de forma precisa os custos financeiros no resultado da empresa.

f) Prazos de vencimento

O montante das operações das Debêntures de longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2024			2023		
	Dívida Bruta	Custo de Transação	Dívida Líquida dos Custos de Transação	Dívida Bruta	Custo de Transação	Dívida Líquida dos Custos de Transação
2025	-	-	-	1.008.727	-	1.008.727
2043	603.000	-	603.000	-	-	-
2044	1.008.727	-	1.008.727	-	-	-
	1.611.727	-	1.611.727	1.008.727	-	1.008.727

g) Garantias

Conforme mencionado nos itens anteriores, a Concessionária celebrou contratos de Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios da Concessão e Alienação Fiduciária de suas Ações para serem compartilhadas entre o BNDES e os Debenturistas da 2ª Emissão.

A Concessionária não dispõe de garantia ou fiança até o *completion* dos investimentos de recuperação e ampliação de capacidade e melhorias na BR-163/MT.

A 1ª Emissão de Debêntures não possui garantia dada pela Concessionária.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

h) Principais compromissos assumidos (*covenants*)

Os instrumentos de financiamento de longo prazo celebrados pela Concessionária possuem compromissos e obrigações assumidas que abrangem desde aspectos econômico-financeiros até aspectos de parâmetros operacionais dos serviços prestados no Contrato de Concessão.

Os compromissos e obrigações assumidos pela Companhia podem ser exigidos durante todo o prazo de vigência dos instrumentos de financiamento de longo prazo, ou divididos em dois períodos de exigência: o primeiro é o período compreendido pela execução das obras financiadas de ampliação de capacidade e melhorias (“período pré-completion do projeto financiado” ou “período anterior à conclusão físico-financeira do projeto financiado”); e o segundo período, iniciado a partir da conclusão dos investimentos financiados de ampliação de capacidade e melhorias (“período pós-completion do projeto financiado” ou “período posterior à conclusão físico-financeira do projeto financiado”).

Em relação às obras de ampliação de capacidade e melhorias do TAC Plano de Ação, a Concessionária assumiu, junto ao BNDES e os Debenturistas da 2ª Emissão, a obrigação de concluir as obras de recuperação e ampliação de capacidade e melhorias estabelecidas no TAC Plano de Ação até 31 de dezembro de 2030.

Durante toda a vigência dos instrumentos de financiamento de longo prazo, como forma de viabilizar aos Credores a garantia real de seus direitos creditórios, a Companhia deverá manter contas vinculadas e administradas por instituição financeira que recebem e distribuem os ingressos operacionais e não-operacionais da Concessionária, reservando nelas recursos financeiros referente aos próximos vencimentos de obrigações de cada instrumentos.

Durante o período *pré-completion* do projeto financiado, a Companhia não deverá distribuir lucros ou pagar dividendos aos seus Acionistas, reduzir seu capital social, ou realizar amortizações extraordinárias da 1ª Emissão de Debêntures.

Durante o período *pós-completion* do projeto financiado, a Companhia deverá atender a *covenants* financeiros (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD, caixa mínimo), parâmetros mínimos de qualidade do Sistema Rodoviário, solicitar anuência dos Credores para distribuição de dividendos acima de parâmetro mínimo, reduções de capital, ou amortizações extraordinárias da 1ª Emissão de Debêntures.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Arrendamento mercantil operacional

Os saldos de passivos de arrendamentos correspondem a contratos demonstrados na nota explicativa nº 14 – Intangível.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo inicial	9.976	10.479
Adições	9.589	6.627
Apropriação de juros	531	216
Baixas	(8.742)	(7.346)
Saldo final	11.354	9.976
Passivo circulante	6.571	6.630
Passivo não circulante	4.783	3.346

19. Salários e encargos sociais

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Encargos sociais e trabalhistas	2.929	2.375
Participação nos lucros e resultados	9.874	9.154
Provisões de férias e encargos	7.235	4.870
	20.038	16.399

20. Outros passivos

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Multas (i)	1.687	2.918
Seguros a pagar	2.150	923
Outras contas a pagar	327	2
	4.164	3.843
Passivo circulante	3.708	2.156
Passivo não circulante	456	1.687

- (i) Multas ao Poder Concedente decorrente de autos de infração não abarcados no TAC Plano de Ação, parcelados em 60 meses fundamentado na Resolução ANTT 5.830 de 10 de outubro de 2018.

21. Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais perante vários tribunais, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Reclamações cíveis	7.405	3.775
Reclamações trabalhistas	-	94
Outras contingências	3.524	3.524
	10.929	7.393

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Movimentação

	Contingências cíveis	Contingências trabalhistas	Contingências regulatórios	Saldo total
Saldo inicial	3.775	94	3.524	7.393
Provisão	5.681	8	-	5.689
Reversão	(2.051)	(102)	-	(2.153)
Pagamento	-	-	-	-
Saldo final	7.405	-	3.524	10.929

A Companhia tem ações de natureza cível no montante de R\$ 6.904 e trabalhista no montante de R\$ 3.065, totalizando o montante de R\$ 9.969 envolvendo risco de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos em 31 de dezembro de 2024 (31 de dezembro de 2023 – R\$ 5.464).

No período findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta R\$ 1.860 (31 de dezembro de 2023 - R\$ 1.555) na rubrica de “Depósitos judiciais” referente a processos de ações trabalhistas e cíveis.

22. Provisão para conserva especial

A provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura é constituída considerando os gastos com a recomposição de parâmetros da Rodovia, previstos no contrato de concessão para o período de sete anos, descontados ao valor presente a uma taxa média de 10,60% a.a., com base na projeção de mercado do IPCA e CDI. O planejamento dos ciclos de conserva especial é vinculado ao cronograma de duplicação.

Em 31 de dezembro de 2024, os saldos de provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura estão apresentados a seguir:

	2024	2023
Provisão de conserva especial	17.072	101.521
	17.072	101.521

a) Movimentação

	2024	2023
Saldo inicial	101.521	162.746
Provisão de conserva especial	15.369	-
Constituição de provisão ajuste a valor presente	(6.878)	-
Baixa de provisão de conserva especial	(92.940)	(61.225)
Saldo final	17.072	101.521

23. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 08 de agosto de 2024, foi aprovado o aumento de capital social no valor de R\$ 510.000, mediante a conversão dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (“AFAC”) realizados pela MTPAR, correspondentes a emissão de 510.000 novas ações ordinárias.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 2.031.811, dividido em 2.031.810.533 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Acionista	Quantidade de ações ordinárias	Capital social	
		2024	2023
MT Participações e Projetos S.A.	2.031.810.533	2.031.811	1.521.811
	2.031.810.533	2.031.811	1.521.811

b) Destinação do lucro

Consoante legislação brasileira, as importâncias apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito a seguir:

(i) Reserva de Incentivos Fiscais

Consoante Lei Complementar no 124, de 27 de junho de 2007, a Companhia é beneficiária do Regime de Redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, com início em 31 de dezembro de 2019 e término em 31 de dezembro de 2027, na forma do artigo 1º da MP no 2.199-14/2001, com redação dada pelo art. 32 da Lei nº 11.196/2005 e nova redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.775/2012, conforme Laudo Constitutivo nº 202/2018, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), constante do Processo Administrativo Fiscal no 59004.002543/2018-10.

O referido benefício está limitado exclusivamente à atividade de exploração do sistema viário, conforme Contrato de Concessão com a ANTT (Contrato nº 003/2013), do setor de infraestrutura - transporte, definido como prioritário para o desenvolvimento regional, conforme art. 2º, Inciso I do Decreto nº 4.212/2002, com início do prazo de vigência em 27 de dezembro de 2013 e término em 27 de dezembro de 2043.

Seguindo os preceitos do artigo 18 da Lei nº 11.941/09, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta o montante de R\$ 148.037 (R\$ 83.936 em 31 de dezembro de 2023) referente à Reserva de Incentivos Fiscais.

(ii) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresenta o montante de R\$ 30.953 (R\$ 13.751 em 31 de dezembro de 2023).

(iii) Reserva de investimento

A reserva de investimento, refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao plano de investimento da Companhia que será submetido à aprovação dos acionistas. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresenta o montante de R\$ 391.699 (R\$ 194.658 em 31 de dezembro de 2023).

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Constituída por parcela variável de 5% a 75% do lucro líquido ajustado na forma da lei, observado o limite previsto no Artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, com a finalidade de assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, acréscimos de capital de giro, inclusive através de amortizações de dívidas, independentemente das retenções de lucros vinculadas a orçamentos de capital, podendo seu saldo ser utilizado na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, em operações de resgate, reembolso ou compra de ações, quando autorizadas na forma prevista no Estatuto Social, ou para incorporação ao capital social.

(iv) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente dividendos mínimos de 25% calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente, sendo:

	2024	2023
Resultado do exercício	344.023	242.016
(-) Reserva de incentivo fiscal	(64.101)	(44.049)
(-) Reserva legal	(17.201)	(9.898)
Base de cálculo dividendos	262.721	188.069
Dividendos mínimos obrigatórios	65.680	47.017

24. Receita Líquida

	2024	2023
Receitas acessórias	6.935	7.158
Receitas de AVI ("Automatic Vehicle Identification") (i)	522.512	456.756
Receitas de vale pedágio (ii)	143.772	121.709
Receitas em numerário	59.731	75.045
Receita operacional	732.950	660.668
Receita de construção ICPC 01-R1 (iii)	1.196.770	453.854
Receita bruta	1.929.720	1.114.522
Tributos sobre serviços de operação	(60.578)	(54.514)
Outras deduções	(46)	(47)
Receita líquida	1.869.096	1.059.961

- (i) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento "Automatic Vehicle Identification" (AVI) são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas para os usuários via empresas especializadas.
- (ii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários, mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas;
- (iii) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia reconheceu, R\$ 1.196.770 e R\$ 453.854,

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

respectivamente, como receita de construção ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão. Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura. O aumento da receita de construção é referente a retomada das obras de duplicação e recuperação da rodovia.

25. Custo dos serviços

	2024	2023
Depreciação e amortização	(96.415)	(71.832)
Despesas com veículos	(15.985)	(13.383)
Gastos gerais	(19.014)	(16.028)
Materiais e equipamentos	(5.930)	(2.700)
Provisão para conserva especial	(8.420)	-
Salários e encargos	(57.196)	(49.310)
Seguros	(7.932)	(12.041)
Serviços de terceiros	(55.804)	(52.191)
	(266.696)	(217.485)
Custo de construção ICPC 01-R1	(1.196.770)	(453.854)
	(1.463.466)	(671.339)

26. Despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Depreciação e amortização	(829)	(3.673)
Despesas com viagens	(1.406)	(1.421)
Gastos gerais	(10.252)	(9.281)
Materiais e equipamentos	(6.267)	(3.630)
Provisão para contingências	(3.536)	(1.185)
Salários e encargos	(26.575)	(23.031)
Serviços de terceiros	(7.164)	(9.296)
Taxas de meios de pagamentos	(2.266)	(1.985)
	(58.295)	(53.502)

27. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2024	2023
Custo na venda de imobilizado e intangível	(324)	(1.337)
Baixa de redução ao valor recuperável (i)	7.396	-
Outras receitas	2.734	1.375
Receita na venda de imobilizado	447	3
Venda de sucata	1.750	1.928
	12.003	1.969

- (i) Reversão de provisão de redução ao valor recuperável realizada após levantamento de inventário, o qual ensejou na baixa parcial de bens e na reversão da provisão.

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Resultado financeiro, líquido

	2024	2023
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	68.023	43.293
Descontos obtidos	7.093	805
Outras	835	700
	75.951	44.798
Despesas financeiras		
Ajuste a valor presente	(71)	-
Arrendamento mercantil operacional	(374)	(605)
Custos de transação	(352)	(14.019)
Juros sobre atraso	(1.063)	(1.649)
Juros sobre empréstimos	(3.000)	(57.631)
Juros sobre mútuos	-	(3.614)
Outras	(4.354)	(4.620)
	(9.214)	(82.138)
Resultado financeiro, líquido	66.737	(37.340)

29. Imposto de renda e contribuição social correntes

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	2024		2023	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	426.075	426.075	299.749	299.749
Adições temporárias	69.828	69.828	62.159	62.159
Adições permanentes	1.121	1.121	3.283	3.283
Exclusões	(154.298)	(154.298)	(117.011)	(117.011)
Base cálculo	342.726	342.726	248.180	248.180
Imposto de renda (25%) e Contribuição social (9%)	85.657	30.845	62.021	22.336
Programa alimentação trabalhador (PAT)	(823)	-	(1.225)	-
Despesa corrente de imposto de renda e contribuição	84.834	30.845	60.796	22.336
Incentivos fiscais (SUDAM)	(64.100)	-	(44.049)	-
Imposto de renda e contribuição social devida	20.734	30.845	16.747	22.336
Total Imposto de Renda e Contribuição social	20.734	30.845	16.747	22.336

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Lucro básico

O lucro básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro do período	344.023	242.016
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	1.724.414	1.031.949
Lucro básico por lote de mil ações	<u>199,50</u>	<u>234,52</u>

31. Demonstração do fluxo de caixa

A seguir demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo de caixa. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa a seguir:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fornecedores	8.742	7.346
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>8.742</u>	<u>7.346</u>
Arrendamento Operacional	(8.742)	(7.346)
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	<u>(8.742)</u>	<u>(7.346)</u>

32. Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas consideradas pela Administração suficientes para cobrir os riscos inerentes de suas atividades e para atender as obrigações do contrato de concessão, com condições estabelecidas pela ANTT.

O contrato de concessão exige manter em vigor, no mínimo, os seguintes seguros: (i) seguro de danos materiais; (ii) seguro de responsabilidade civil; e (iii) seguro garantia do poder concedente.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta as seguintes coberturas de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Cobertura	Vigência
Garantia de concessões públicas	487.563	abr/23 a mai/28
Risco operacional	350.000	jun/24 a dez/25
Responsabilidade civil	80.000	dez/24 a dez/26
Risco de administradores e diretores	40.000	abr/24 a out/25
Seguro de veículos	100% a 110% tabela FIPE	set/24 a set/25
Risco de engenharia – SAUs	50.814	jun/23 a mai/25
Responsabilidade civil obras – SAUs	15.000	jun/24 a nov/25

Notas Explicativas

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

33. Eventos subsequentes

Em 06 de janeiro de 2025, foi celebrado o Décimo Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão referente a alteração de localização dos dispositivos previstos nos segmentos: (i) km 812 ao km 855 da BR-163/MT (ii) km 507 ao km 601 da BR-163/MT e (iii) km 601 ao km 681 da BR-163/MT, em atendimento ao Anexo A do Termo de Ajustamento de Conduta que descreve no item II. Obras de Melhorias – Item 3.2.1.2 do PER que para aqueles dispositivos (trevos, diamantes e vias marginais) com pendência de definição de localização, será proposto pela CRO nova localização em até 6 (seis) meses após assinatura do TAC e execução mediante anuência da ANTT.

Adicionalmente, em atendimento às obrigações descritas no Contrato de Financiamento, na cláusula 12ª, inciso X, bem como na Escritura da 2ª Emissão de Debêntures, subcláusula 7.1.2, alínea “i”, a Concessionária recebeu como aporte do seu acionista MT Participações e Projetos S.A (“MT Par”), em 17 de março de 2025 o montante de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) que será integralizado no capital social.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Concessionária Rota do Oeste S.A.
Cuiabá - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Rota do Oeste S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rota do Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Principal assunto de auditoria

Emissão de títulos de dívidas (Debêntures)

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 17 às demonstrações contábeis, a Companhia emitiu títulos de dívida (debêntures) como parte da sua reestruturação de capital. Estas debêntures possuem características específicas, como taxa de juros, vencimentos e cláusulas de vencimentos antecipados (covenants), que requerem o cumprimento de certas obrigações. A adequada apresentação e mensuração dessas debêntures envolvem julgamentos significativos. Devido a relevância dessa transação para a Companhia e ao julgamento envolvido na mensuração e nas obrigações atribuídas às debêntures emitidas, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre os outros:

- Leitura e avaliação da escritura de emissão das debêntures com o objetivo de avaliar os seus impactos no período contábil adequado;
- Análise da conciliação contábil versus os controles auxiliares da Companhia;
- Emissão de carta e recebimento de respostas de circularização de instituições financeiras para confirmação dos saldos registrados nas demonstrações contábeis;
- Análise das cláusulas de vencimento antecipado e cumprimento das demais obrigações da Companhia relativas à emissão dos títulos de dívida;
- Avaliação e entendimento dos controles internos implementados pela Administração da Companhia sobre o processo de monitoramento do cálculo dos índices dos covenants financeiros e não financeiros;
- Análise de segregação de circulante e não circulante e confronto com os registros reconhecidos no resultado do exercício;
- Discussões com administradores da Companhia quanto a cláusulas restritivas e;
- Avaliação da adequada divulgação das informações em notas explicativas das demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas dos procedimentos de auditoria supracitados, consideramos que são razoáveis as premissas e as metodologia utilizado pela Companhia na mensuração e registro das transações referentes à emissão de debêntures, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis consistentes com os nossos procedimentos efetuados, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº17, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações contábeis acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Cuiabá, 27 de março de 2025.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1 – S - MT

Eduardo Affonso de Vasconcelos
Contador CRC 1 SP 166001/O-3 – S - MT

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Pelo presente instrumento, o diretor abaixo designado da Concessionária Rota do Oeste S.A. ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Av. Miguel Sutil, 15.160, Coophamil, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ 19.521.322/0001-04, para fins do disposto artigo 27 da Instrução CVM nº 080, de 29 de março de 2022 declara que:

- (i) Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas nas demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, e;
- (ii) Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Cuiabá, 31 de março de 2025.

Luciano Uchoa Carneiro da Cunha

Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Pelo presente instrumento, o diretor abaixo designado da Concessionária Rota do Oeste S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Av. Miguel Sutil, 15.160, Coophamil, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ 19.521.322/0001-04, para fins do disposto artigo 27 da Instrução CVM nº 080, de 29 de março de 2022 declara que:

- (i) Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no parecer da BDO RCS Auditores Independentes SS, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, e;
- (ii) Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Cuiabá, 31 de março de 2025.

Luciano Uchoa Carneiro da Cunha
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores